

ÊA, JUVENTUDE!



JUVENTUDE NEGRA DO PT EM MOVIMENTO

ÊA, JUVENTUDE!

JUVENTUDE NEGRA DO PT EM MOVIMENTO

ORGANIZADORES

FERNANDA PAPA E FLAVIO JORGE

SÃO PAULO, 2008



FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

REPRESENTANTES NO BRASIL
BRITTA JOERISSEN
JOCHEN STEINHILBER

EQUIPE

ANA CLAUDIA PECCHI
CARLOS DANIEL COLONELLO
CASSIO FRANÇA
FERNANDA C. PAPA
LUCY UEMURA
MARGARETE TERAGUCHI
SYBILLE RICHTER
WALDELI MELLEIRO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

DIRETORIA

RICARDO DE AZEVEDO - PRESIDENTE
NILMÁRIO MIRANDA - VICE-PRESIDENTE
FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA - DIRETOR
SELMA ROCHA - DIRETORA

JUVENTUDE DO PT

SECRETÁRIOS NACIONAIS

RAFAEL POPS DE MORAES (GESTÃO 2005-2008)
SEVERINE MACEDO (GESTÃO 2008-2009)

ÊA, JUVENTUDE! – JUVENTUDE NEGRA DO PT EM MOVIMENTO

ORGANIZADORES:

FERNANDA C. PAPA
FLAVIO JORGE

REVISÃO:

FERNANDA ESTIMA

FOTOS:

FERNANDA PAPA E
ARQUIVO HELEN BARCELLOS

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

CACO BISOL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

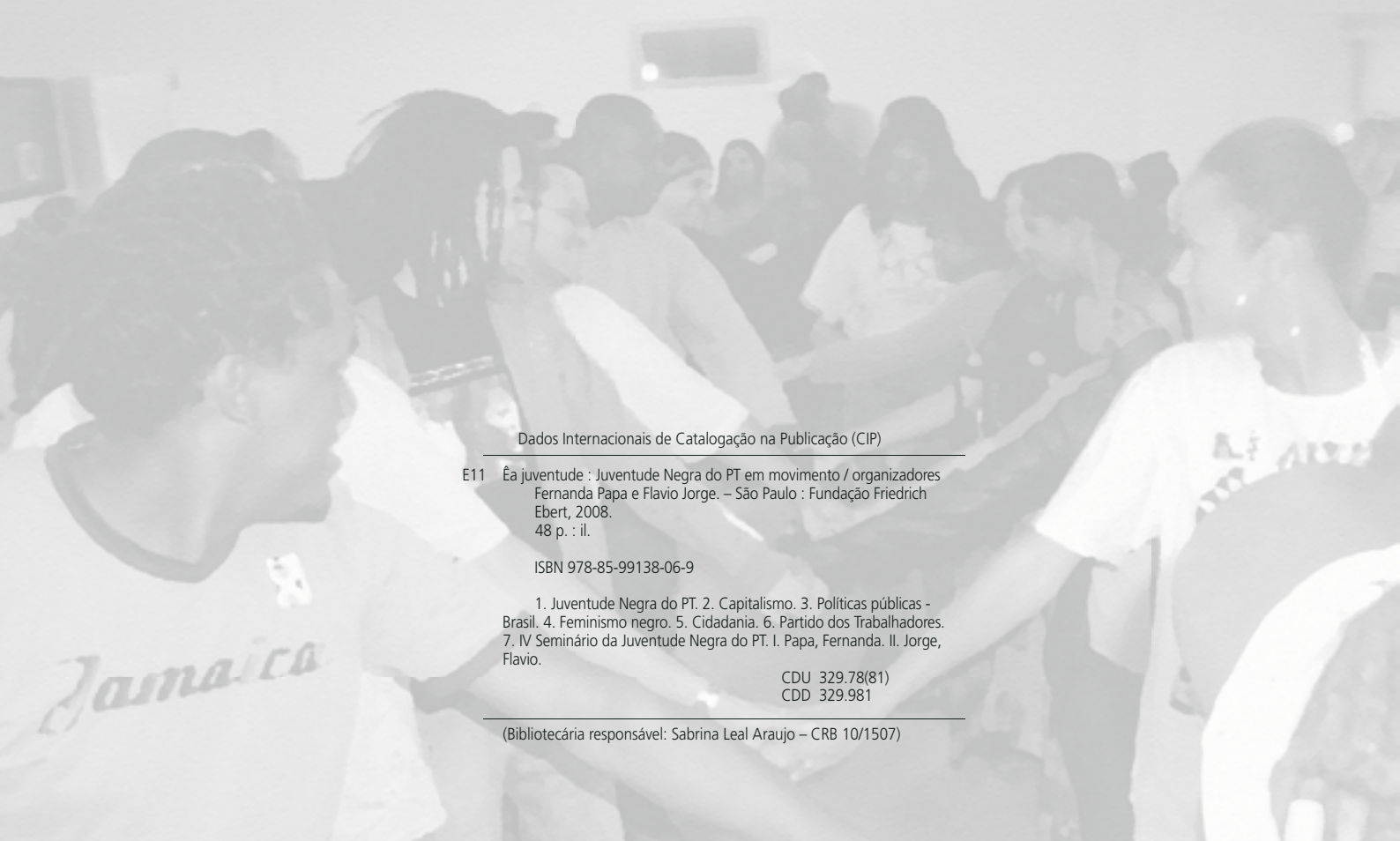
E11 Êa juventude : Juventude Negra do PT em movimento / organizadores
Fernanda Papa e Flavio Jorge. – São Paulo : Fundação Friedrich
Ebert, 2008.
48 p. : il.

ISBN 978-85-99138-06-9

1. Juventude Negra do PT. 2. Capitalismo. 3. Políticas públicas -
Brasil. 4. Feminismo negro. 5. Cidadania. 6. Partido dos Trabalhadores.
7. IV Seminário da Juventude Negra do PT. I. Papa, Fernanda. II. Jorge,
Flavio.

CDU 329.78(81)
CDD 329.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)





SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA E FERNANDA DE CARVALHO PAPA
- 9 JN13: QUE NOVIDADE É ESSA?
PAULO RAMOS
- 12 POVO NEGRO E CAPITALISMO
MARIA PALMIRA DA SILVA
- 18 CONDIÇÃO JUVENIL: EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO
MONICA SÁCRAMENTO
- 21 JUVENTUDE: CONCEPÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E
PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA NO BRASIL
DANILO MORAIS
- 27 DA ESCRAVIDÃO PARA A ORGANIZAÇÃO
SONIA LEITE
- 31 UMA PERSPECTIVA JOVEM SOBRE O FEMINISMO NEGRO
LARISSA AMORIM BORGES
- 40 RAÇA, CLASSE E CIDADANIA NO PARTIDO DOS TRABALHADORES:
UMA ANÁLISE DOS ANOS 1980 E 1990
CLAUDETE GOMES SOARES
- ANEXO
- 48 IV SEMINÁRIO DA JUVENTUDE NEGRA DO PT





APRESENTAÇÃO

NOVOS ATORES E ATRIZES: A JUVENTUDE NEGRA DO PT.

“O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas, bem como a questão do negro, assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo e, não raro, também no lar.

O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto, a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura”.

Esse texto faz parte do Programa aprovado na reunião nacional de Fundação do PT realizada no dia 1º de Junho de 1980, em São Paulo.

Foi uma das primeiras intervenções de uma militância, composta em sua maioria de jovens, homens e mulheres, que construía um movimento hoje identificado como movimento negro contemporâneo, compreendido como um conjunto de grupos e organizações que desenvolvem a luta e o combate ao racismo a partir da década de 70.

Esta militância que fez uma opção partidária de contribuir e participar da fundação do PT, já afirmava, naquele importante momento, que um projeto alternativo de poder não poderia ser construído sem a compreensão de que um ideário transformador supõe a eliminação de todo e qualquer tipo de opressão. E que o racismo praticado contra os negros e contra as negras ao longo de nossa história tem sido um dos principais aspectos das contradições existentes entre a sociedade e o Estado no Brasil.

Quase 30 anos depois, podemos afirmar que estas preocupações obtiveram êxito. São uma expressão desta constatação este conjunto de textos que apresentamos a seguir, oriundos da maior parte dos painéis apresentados e debatidos por expositores e participantes do seminário de formação em que foi criada a JN13, a Juventude Negra do PT, em fevereiro de 2008. No mesmo ano, este grupo se soma a outros do movimento negro e de juventudes de forma geral em atuação importante no cenário das políticas públicas de juventude do Brasil. Um dos pontos altos foi a presença na I Conferência Nacional de Juventude, espaço em que o combate ao genocídio da população jovem negra surgiu como a mais votada proposta de prioridade para as políticas de juventude no Brasil.

Não por acaso, este tema também foi um dos abordados no seminário que deu origem a esta publicação, apresentada aqui como um primeiro registro deste processo de organização da JN13¹, no contexto de um novo momento também de organização da Juventude do PT como um todo. Contribuições importantes trazidas ao seminário não puderam ser reunidas nesta etapa, mas certamente serão em uma próxima. Elas seguem de toda forma presentes em diferentes espaços para embasar as ações da juventude negra e suas bandeiras de luta. Agradecemos assim aos professores e militantes Walter Silvério, Batista, Márcia Cabral, Anderson da Silva, Cristina Batista e Rafael Pinto, por terem compartilhado seus conhecimentos e inquietações com o grupo da JN13 que participou do seminário de 2008. E também agradecemos aos autores e às autoras dos textos que apresentamos a seguir, pela contribuição ao registro de um novo capítulo para a história do partido e de sua militância jovem negra e não negra.

Convidamos os leitores e as leitoras, jovens e não jovens, a conhecer o que trazem: Claudete Gomes Soares que, a partir de sua exposição no painel "O PT e a questão racial", elaborou o texto "Raça, classe e cidadania no Partido dos Trabalhadores: uma análise dos anos 1980 e 1990". Claudete descreve a evolução do debate e da compreensão da temática racial nas instâncias de elaboração e decisão das diretrizes políticas do PT.

Sonia Leite, com o texto "Da Escravidão para a Organização", e Larissa Borges, autora de "Uma perspectiva jovem sobre o Feminismo Negro", ao lado de Claudete, destacam a participação e a luta das mulheres negras no Brasil desde a escravidão até os dias atuais. Indicam, com isso, que ao incorporar o direito à diferença à concepção da luta de classes, o PT consegue trazer a seu programa e ação política a importância das relações de classe, gênero e raça, apesar de muitas dificuldades e incompreensões. São estas as três formas de opressão que, combinadas, sustentam a opressão, o preconceito, a discriminação e o racismo, típicos da sociedade capitalista brasileira.

Já Maria Palmira, que participou do painel com o tema "Povo Negro e Capitalismo – discutindo raça e classe", apresenta elementos e pressupostos teóricos que nos fazem avançar na compreensão sobre como o Brasil consolidou, ao longo de seus mais de 500 anos de existência, a dominação de uma classe a partir das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Palmira aponta que são estas as desigualdades que excluem uma grande parte da população de nosso país, principalmente a negra, de seu desenvolvimento e de suas riquezas. Demonstra também como tudo isto dificulta as condições de vida da juventude negra em nosso tempo.

1. A juventude negra que desde a realização do ENJUNE (I Encontro Nacional da Juventude Negra), em 2007, vem se organizando para atuar junto às instâncias de direção do Partido dos Trabalhadores em âmbitos municipal, estadual e nacional.

Danilo Moraes e Mônica Sacramento participaram do painel "Raça, Classe e Condição Juvenil". Os dois jovens pesquisadores dialogam nesta publicação a partir de seus textos com as diferentes formas de expressão da juventude ou das juventudes nesta fase de suas vidas e com os diferentes conceitos e concepções em disputa sobre a juventude no contexto histórico e político atual.

Paulo Ramos, membro da JN13, escreve "JN13: que novidade é essa?" e mostra sua visão de como a nova Juventude negra do PT se organizou. Fala ainda de sua participação em dois momentos significativos de sua estréia no palco da política de juventude no Brasil: a já citada Conferência Nacional de Juventude, organizada pela Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal, e o Congresso Nacional da Juventude do PT, realizado em maio de 2008, ambos em Brasília.

É importante lembrar que o seminário que deu origem a estes textos foi precedido de outros já realizados pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, voltados para a militância jovem negra petista: o primeiro foi realizado no ano de 1998, em Belo Horizonte, Minas Gerais; e o segundo e o terceiro, nos anos de 1999 e 2001, respectivamente, realizados no saudoso Instituto Cajamar, um então importante espaço de formação de grande parte das lideranças atuais de movimentos sociais e dirigentes do PT.

Neste mesmo local, onde hoje está estruturada a Cooperinca, realizamos o IV Seminário Nacional da Juventude Negra do PT, entre 6 e 10 de Fevereiro de 2008, com objetivos de qualificar politicamente e promover o intercâmbio entre as juventudes negras do PT, além de contribuir para a estruturação da JN13. O seminário foi organizado pelas Secretarias de Combate ao Racismo, de Juventude e de Formação Política do Diretório Nacional do PT, com o apoio da Fundação Perseu Abramo e da Fundação Friedrich Ebert. É importante destacar também que sua realização veio de uma proposta dos próprios jovens negros e negras do PT, que trouxeram às instâncias do partido e às fundações parceiras demandas concretas de formação política e de um espaço para sua organização. Por este motivo, agradecemos a dedicação e o intenso trabalho de Hélen Barcellos, Juliana Borges, Márcio Duarte, Nazaré Cruz, Paulo Ramos e Roque Peixoto, a 'guerreira' Comissão Organizadora com que tivemos o prazer de trabalhar e aprender muito juntos.

Esta publicação, que também contou com o esforço destas pessoas para a reunião de seus textos, se junta a outras duas que foram organizadas em um mesmo período pela Fundação Friedrich Ebert em parceria com a Fundação Perseu Abramo e que também são fruto de momentos de debate, reflexão e formação da Juventude do Partido dos Trabalhadores: a Jornada de Formação Política, realizada em agosto de 2007, e o Seminário Nacional de Mulheres Jovens do PT, realizado em abril de 2008.

Representam um esforço destas Fundações em contribuir para a formação da atual geração de militantes do PT e explicitar para o conjunto deste partido e para a sociedade em que está inserido quem são estes jovens, o que demandam as juventudes negra e não negra e qual a sua importância na conformação e transformação do país em que vivemos.

Britta Joerissen
Jochen Steinhilber
Fernanda de Carvalho Papa
Fundação Friedrich Ebert

Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Fundação Perseu Abramo



JN13: QUE NOVIDADE É ESSA? Paulo Ramos*

Quando nos encontramos – a juventude petista negra presente no Encontro Nacional de Juventude Negra, o Enjune – ficamos surpresos. Não sabíamos que éramos tantos. Apesar de uns terem cruzado com outros em espaços algures, não tínhamos noção da quantidade e nem de quantos de nós estávamos ocupando espaços de direção naquele encontro.

A nossa reunião tinha dois objetivos prioritários: o primeiro era garantir o processo de consolidação do Enjune de modo que não se constituísse um espaço partidarizado e tampouco caísse na canto da sereia da “independência autônoma-antipartidária”; o segundo objetivo era a própria articulação da juventude negra petista que pensasse também o Partido dos Trabalhadores e para dentro dele interviesse. Assim, conseguimos realizar o IV Seminário Nacional da Juventude Negra do PT, onde definimos a criação de um núcleo nacional, chamado JN13, com jovens negras/os filiados ao PT.

É verdade que todo este movimento não começa no Enjune. Há e sempre houve dinâmicas do PT (seminários da Secretaria Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Formação e , das entidades que sempre caminham conosco, como a FES, o Forito, dos movimentos sociais que levassem ao encontro de juventudes negras): o movimento estudantil, as conferências governamentais (Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos) e entidades do movimento negro, fóruns estaduais de Hip Hop. No entanto, as dimensões do Enjune eram bem maiores. Em sua etapa nacional havia mais de quinhentos delegados de quase todos os Estados da Federação. Lá, devíamos construir um documento com as demandas da juventude negra. Conseguimos.

Mas com todo o desgaste conhecido pelos movimentos sociais. Estamos em uma situação em que tínhamos grupos que operavam na lógica conhecida do movimento estudantil hegemônico. Havia grupos, por outro lado, extremamente avessos à participação partidária (foi até aprovado uma moção contra as juventudes partidárias). Para quem vem de movimento estudantil, nada há de novo.

No partido, a situação era um tanto distinta. O que havia de ser cumprido era uma deliberação do 3º Congresso do PT: realizar o primeiro Congresso da Juventude e mudar o status da organização de juventude petista, algo maior que um setorial. O I ConjPT foi uma realização histórica tanto em sua construção quando nas suas resoluções, pois, construída com a pactuação exemplar entre as nossas forças políticas. Mesmo assim, o clima que envolvia a juventude petista, de modo geral, era o do marasmo, da estática e do cansaço; de uma juventude que não ia além das escolas e universidades, uma juventude que não dava conta de formular para o primeiro público das nossas fileiras uma linha discursiva que não saía do prosaico binômio classe trabalhadora/capitalistas, sem qualquer desdobramento interno à primeira. Assim, não havia possibilidades de agregar força política à construção histórica do Partido dos Trabalhadores, um partido de massas, que valoriza a diversidade política e cultural do nosso povo. Neste sentido, nosso grupo de negros e negras jovens discutia desde o

*PT/São Carlos (SP); é cientista social formado pela Universidade Federal de São Carlos, militante da JN13, membro do coletivo da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do Diretório Estadual do PT/SP. Membro da Comissão Organizadora do seminário que deu origem a esta publicação.

Enjune e em nossas discussões virtuais algumas propostas para organização e mobilização da militância. Uma delas era algo já conhecido de algumas pessoas: fazer um seminário de formação para a juventude negra, que não seria o primeiro, mas o quarto. Por aí, também nada de novo talvez. Então o que já então de inovador na JN13?

Onde está a renovação das lideranças? A novidade? O movimento dialético da história que é feita pro quem busca o socialismo petista?

Não buscaremos as respostas em conjecturas prodigiosas, nem no céu, nem no mundo das idéias. Mas em nossa ação concreta, que contou com o seminário para se fortalecer. E isso se confirmou a seguir. Duas passagens: o I Congresso da Juventude do Partido dos Trabalhadores, o ConjPT, e a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

No I ConjPT, uma atividade vitoriosa, na qual conseguimos cumprir a agenda proposta com ampla mobilização e com um fechamento em torno da unidade petista, o que havia de realmente novo era o que se pensa por juventude. Conseguimos, enfim, sair da monolítica agenda estudantil. Evidências: a) a cabeça da direção da Juventude do Partido dos Trabalhadores, a JPT, é Severine, uma jovem de Anita Garibaldi (SC), liderança do movimento da agricultura familiar. A primeira mulher a dirigir a juventude do PT, ainda vinda da zona rural, de uma cidade de pouco mais de dez mil habitantes, de um Estado de pouca visibilidade na política nacional; b) duas outras propostas constam das deliberações do Congresso: a composição das direções petistas com paridade/proporcionalidade étnico-racial e de gênero. Em um momento no qual a diversidade toma a pauta das discussões sobre juventude, a JPT faz uma boa demarcação: há matrizes fundantes destas diversidades. Juventude, juventudes, há relações sociais que ordenam esta diversidade, quais sejam as relações étnico-raciais, as econômicas e as de gênero. E isto não é apenas uma carta, ou uma moção aprovada por consenso, e nem uma resolução aprovada nos anais do ConjPT. Agora é dinâmica interna ao nosso funcionamento.

Outra passagem que revela um novo advento é a 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude. Este processo mobilizou mais de quatrocentos mil jovens. A Secretaria Nacional de Juventude do PT (SNJPT) naquele momento não organizou o partido para atuar neste espaço. No entanto, o resultado foi surpreendente. Quando chegamos em Brasília não era apenas a juventude negra do PT que lá estava em peso; eram também muitos jovens petistas de outros movimentos e muitos jovens negros envolvidos no Enjune. O resultado foi que nos fizemos presentes e a juventude que mais teve visibilidade e foi a campeã das prioridades foi a juventude negra, protagonizada pela JN13.

NO TEMPO DO FIM DAS UTOPIAS

Por que é que isso acontece no momento em que dizem por aí que as utopias chegaram ao fim? Estamos também em tempo de completar trinta anos do Movimento Negro Unificado, tempo em que o PT completa 28 anos.

No momento em que as grandes causas ocidentais como a liberdade, o socialismo e o anarquismo perdem força, começam a ganhar peso na juventude pautas ligadas à população negra. Existem razões objetivas, é verdade. Como a chegada do PT à Presidência da República e a outras esferas do poder, e o uso do Estado – ainda que extremamente subutilizado – para as políticas de ações afirmativas. Por que não olhar por um prisma mais antropológico? Quando as bandeiras advindas do velho mundo não ganham mais as rufadas de ar, ficam murchas, quando homens e mulheres desencantam-se e retiram a mira do céu, quando erguer as mãos para cima tem mais sentido repressivo do que glória, outra cosmologia entra em cena. A terra, o chão, as coisas materiais, tal qual o panteão dos Orixás, ganham a cena: a principal reivindicação do Encontro Nacional de Juventude Negra, hoje Fórum Nacional de Juventude Negra, é a vida, “contra o genocídio da juventude negra!”

Pudera. Quem ouviu uma música de Rap como a dos Racionais MC's, "Faces do Subúrbio", ou GOG, teve oportunidade de entender o *ethos* desta nova articulação que segue em linha com os movimentos sociais. O Hip Hop é o único movimento de juventude que oferece uma ética e uma estética para a política, ainda que haja as limitações do machismo. E quem é jovem negra/o e não é do Hip Hop, porém, pode também ganhar com isto. Afora, a filia ao gueto, é possível pensar o mundo através desta cultura negra que é capaz de oferecer uma interpretação da realidade comunicável a quem mais sofre com o "sistema", capaz de agregar, capaz de colocar gente na rua e políticas sociais que visam transformar o papel do Estado capitalista, rumo à partilha da riqueza, ao compartilhamento da liberdade, à solidariedade com quem "anda certo", trata bem os amigos e a família.

Alguns dizem que em no máximo trinta anos uma geração se refaz. Quem fundou o PT, o MNU – Movimento Negro Unificado, e outros importantes movimentos sociais que hoje temos como referência, à época seriam considerados "jovens" nos critérios de hoje.

Como num passo manso e bem colocado de Capoeira Angola, a nossa cabeça procurou voltar-se para o lugar de onde viemos e que nos torna iguais. Ao mesmo tempo, o que se procurou definir como juventude não é um grupo etário problemático, não é uma fase preparatória da vida, não é um ator estratégico do desenvolvimento – e não será somente um grupo de sujeitos de direitos. Temos que assumir que, para além destas classificações, a criação de certa "juventude" foi, na verdade, uma forma que a sociedade encontrou para se renovar e uma outra forma legítima de reordenar a disputa política.

Entre os corpos e as mentes que sempre procuramos ganhar, conseguimos o feito de fazer prevalecer o debate programático à disputa interna e gratuita. Finalmente, quem leva a melhor e passa a pautar as ações e as discussões não é simplesmente aquele agente político com mais estrutura ou com mais "garrafas vazias para vender". Fiel aos movimentos negros e aos princípios do Partido dos Trabalhadores, esta construção desenrolou-se na linha de uma boa elaboração política, o que reforça e aumenta, enfim, a importância da formação política de nossos quadros permanentemente.



JN13 debate com lideranças negras e pesquisadores a trajetória de organização negra no PT.

POVO NEGRO E CAPITALISMO

Maria Palmira da Silva*

*Doutorado em Psicologia Social pela PUC/SP, diretora de programas da Subsecretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Co-autora do livro "Racismo no Brasil – Percepções da Discriminação e do Preconceito de Cor no Século XXI", editado em 2005 pela Fundação Perseu Abramo.

Em primeiro lugar quero cumprimentar a organização do 4º Seminário da Juventude Negra do PT e manifestar minha alegria e contentamento de poder estar aqui com vocês.

Considerando o tema desta mesa “Povo negro e capitalismo – discutindo raça e classe”, vamos tratar da temática aqui proposta enfatizando, em primeiro lugar, a perspectiva sociológica da noção de classe social para, em seguida, procurar discorrer sobre as desigualdades sociais em nossa sociedade, quais sejam: raça e classe. Isto posto, vou fazer uma breve incursão sobre um dos textos mais belos que conheço, e que certamente também vocês já conhecem, que é o Manifesto Comunista, de Marx e Engels, publicado em 1872. Para esses autores, “Toda a história da sociedade humana até hoje é a história de lutas de classes... A nossa época, a época da burguesia, tem pelo menos uma característica particular: simplificou os antagonismos de classe. Cada vez mais a sociedade no seu todo se partilha em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado”. Esse pressuposto confirma a tese segundo a qual a burguesia é, por excelência, o sujeito de antagonismos.

Nossa época que produziu a burguesia, esse sujeito histórico que promove o acirramento dos antagonismos sociais frente ao proletariado, nos desafia ainda a compreender o fenômeno das classes e a luta de classes nas sociedades contemporâneas. Vemos, assim, que algumas classes triunfam enquanto outras são eliminadas. Com esse enfoque os marxistas chegaram à demonstração de que assim é a história da civilização há milhares de anos. Sabemos que, no mundo de hoje, interpretar a história a partir dessa perspectiva é o que concebemos como materialismo histórico. Todavia, sustentar o ponto de vista contrário é idealismo histórico. Tal como nos ensinou o grande mestre chinês, “abandonai as ilusões e preparai-vos para a luta” (Mao Tse Tung, 14/08/1949 – Obras Escolhidas).

Com o desenvolvimento da história veremos outros elementos para além destas duas classes sociais que promovem a exacerbação dos conflitos sociais. É com base nos desdobramentos deste debate que podemos considerar a questão do povo negro no Brasil como um fator determinante do acirramento dos antagonismos sociais em nossa sociedade. Em resumo, visto por esse prisma, pode-se dizer que a luta de classes é permanente.

DIFERENÇA ÉTNICA E IGUALDADE RACIAL: NOVOS DESAFIOS PARA A ESQUERDA

O Brasil tem aproximadamente noventa milhões de pessoas negras, cuja distância social em relação à população branca coloca desafios tanto para os formuladores de políticas públicas quanto para os ativistas políticos que militam nos partidos políticos de esquerda. Façamos aqui a necessária observação de que a excessiva preocupação tradicional com a

política de classes, muitas vezes, – sobretudo nos estudos que tratam da desigualdade em nossa sociedade – terminou por negligenciar outras fontes de solidariedade e injustiça social, como gênero ou raça, por exemplo.

Seguindo esse ponto de vista, não se pode negar que a produção intelectual brasileira muito contribuiu para que tanto a questão de gênero quanto o problema racial fossem diluídos na questão social. Quando nos debruçamos sobre os principais estudos que analisam o papel dos movimentos sociais, cuja ação política visa a realização da mudança social, descobrimos que os movimentos negros não são contemplados nas análises de expoentes teóricos brasileiros. Essa compreensão pode ser verificada nos estudos de Eder Sader, por exemplo, que introduz a concepção de novos sujeitos na abordagem dos movimentos sociais sem, contudo, contemplar a reorganização nacional do movimento negro brasileiro na década de 1970 (surgimento do Bloco Afro Ilê Aiyê ocorre em 1978 e a manifestação pública nas escadarias do teatro municipal de São Paulo que deu origem ao Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial - MNUCDR). Os estudos contemporâneos sobre o alcance político dos movimentos sociais de combate ao racismo no Brasil informam ainda que a consagração desse amplo processo de organização e mobilização política se dá na década de 1990, com a criação da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), que desde então têm reunido as organizações negras para pensar estratégias de superação do racismo em nossa sociedade. Assim, sabendo que os estudos que consagram as suas análises aos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 não contemplam a abordagem das organizações negras surgidas neste período e, assumindo que o marxismo estruturalista não satisfaz corretamente a explicação sobre a questão do racismo em nossa sociedade, faremos, a seguir, uma breve reflexão sobre a complexidade de nossas relações raciais.

SIGNIFICADO POLÍTICO DA DIFERENÇA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES RACIAIS

Vários estudos têm destacado que o enredamento da questão do racismo tem sido demonstrado a partir de várias perspectivas. Por isso mesmo, os problemas relativos a este tema sempre geram polêmicas – seja no âmbito do senso comum, seja no calor da agitação política, seja no campo dos debates acadêmicos. Todos os argumentos revelam a existência de uma complexidade extraordinária nesta forma de expressão da intolerância racial. O tema se torna mais complicado ainda quando a convivência está baseada em relações de dominação de um grupo sobre os outros grupos. Isto leva o membro do grupo visado ao encontro de vários obstáculos para conseguir mobilidade social ascendente. Um outro fator importante no âmbito dos discursos anti-racismo refere-se à tendência que dilui o problema racial na questão social. Esta postura desfavorece, como veremos a seguir, a discussão sobre a dimensão psicológica do preconceito racial. Em suma, não se pode esquecer que a posição social resulta de fatores históricos, mas estes são carregados de conteúdos psicológicos.

Neste sentido, George M. Fredrickson coloca que a posição social alcançada pelos indivíduos numa determinada sociedade surge de diversas fontes. “O status pode basear-se numa ascendência aristocrática, na capacidade de manter um estilo de vida prestigioso, mas nas sociedades pluriétnicas pode também decorrer simplesmente da pertença a um grupo racial ou étnico que, no decurso da história, tenha dominado os outros grupos” (Fredrickson, 1995:45).

Isto significa que é da reivindicação ou da pretensão de ser reconhecido como grupo superior que surge o racismo. Para tanto, avalia-se incorretamente como diferente e inferior os membros do grupo alheio; se propaga a idéia de que certos comportamentos culturais ou alguns valores morais não podem ser assimilados por todos os membros da sociedade; ou se transforma uma parte da diferença em exclusão. Enquanto ideologia, o racismo se refere a

um sistema de representações, valores e crenças que oferece suporte para se manter relações de dominação. Nesta acepção pode-se acrescentar ainda que o racismo é a negação absoluta da diferença. Com efeito, a sociedade racista vai particularizando o tratamento àqueles que não fazem parte das instâncias de decisão, política e econômica. É assim que a população negra passa a ser tratada como grupo minoritário. No contexto das relações raciais sabe-se que a diferença não pode ser inteiramente transformada em desigualdade. Geralmente, uma parte da diferença é transformada em exclusão, partindo-se do entendimento de que certos comportamentos culturais não podem ser assimilados. Mas isso se explica: “se a sociedade moderna é o lugar de aparecimento do racismo, é precisamente porque ela destruiu as relações de hierarquia e distância social tradicionais sem, entretanto, assegurar a integração de todos numa cultura universalista, deveras afastada da realidade dos Estados nacionais” (Touraine, 1995). Considerando que aqui a nossa tarefa é fornecer subsídios para a juventude negra compreender a dinâmica do racismo em nossa sociedade, façamos, então, uma breve reflexão sobre os conceitos recorrentes a esse fenômeno.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL,

DESVANTAGEM RACIAL E DIFERENÇA ÉTNICA

A discriminação pode ser baseada em racismo de cor, na forma direta de comportamento discriminatório, ou na forma indireta de políticas e práticas que tenham um impacto desfavorável desproporcional, mesmo que não intencional, sobre algumas ou todas as pessoas negras. Os efeitos cumulativos desta discriminação, especialmente quando intergeracional é o que se pode designar com o termo “desvantagem racial”.

A desvantagem racial é, portanto, uma privação sócio-econômica entre grupos brancos e entre alguns grupos negros, que persiste mesmo se a discriminação desaparecesse de um dia para o outro. A discriminação racial não é uma forma discreta de desvantagem, nem unitária. Ela assume várias formas. Certos grupos podem conseguir mobilidade sócio-econômica significativa. A discriminação racial não é, em segundo lugar, uma forma unitária de desvantagem porque nem todos os grupos sofrem discriminação da mesma maneira ou na mesma extensão. Sabendo que o racismo é multidimensional, a seguir faremos uma breve reflexão sobre a questão do racismo institucional, considerando que essa modalidade de comportamento discriminatório opera no interior de nossas instituições.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

E DESIGUALDADE RACIAL

O racismo institucional serve para designar qualquer fracasso coletivo de uma organização para promover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa da cor de sua pele, valores culturais ou origem étnica. Assim, ele pode ser depreendido em processos, atitudes e comportamentos que resultam em discriminação que tem por base o preconceito involuntário, ignorância, negligência ou estereótipos racistas que geram desvantagem social. Ademais, o racismo institucional opera no interior das instituições sem que se possa identificar imediatamente o agressor. A desvantagem racial está intimamente relacionada a desvantagens materiais e tem ligação direta com a questão de classe.

ESTEREÓTIPOS E RACISMO DE COR

O racismo de cor pode ser uma constante, é a fundação do racismo, mas há outros tipos de racismo em ação. Teóricos mais contemporâneos têm trazido toda forma de discriminação que tem origem nas características visíveis do sujeito visado socialmente como mani-

festação racista. A discriminação direta depende de estereótipos, e não há estereótipos sobre “negritude” como tal: os estereótipos são sempre sobre grupos específicos ou quase grupos (“negros são preguiçosos”, “asiáticos não se misturam”, “mulçumanos são fanáticos” etc.).

Alguns autores, como Michel Wieviorka, discute o racismo como um fenômeno planetário. Se os mecanismos de classes operam nas sociedades capitalistas, devemos levar em conta que o racismo opera também em sociedades não-capitalistas. No primeiro nível se situa o infrarracismo. Neste patamar o fenômeno parece estar desarticulado. Observa-se a presença débil do preconceito, mas a sua expressão refere-se mais ao xenofobismo do que ao racismo. No segundo plano o racismo mantém-se fragmentado, mas neste estágio vai adquirindo contornos mais precisos. É possível detectá-lo e quantificá-lo através das pesquisas de opinião. A par da discriminação, a segregação adquire visibilidade social. No terceiro degrau encontramos o racismo se convertendo em “força política ou parapolítica”.

As convicções racistas penetram nos debates políticos, exercem pressões sociais e mobilizam os setores sociais partidários destas idéias. Por fim, no último estágio o racismo encontra abrigo nas instituições do Estado. Isto significa que o Estado se organiza segundo os princípios racistas, desenvolvendo ou mantendo políticas e programas de exclusão, de destruição ou de discriminação massiva. Quando os dirigentes do Estado conseguem, sem qualquer contestação, subordinar todos os recursos da sociedade, por exemplo, produção científica e tecnológica, instituições públicas ou privadas, riqueza econômica, valores morais e religiosos, entre outros, ao sistema de crenças que consente e justifica a discriminação, o racismo torna-se total (Wieviorka, 1992:101-103).

O racismo também aparece como força política que orienta certos dirigentes e governantes. Muitos são omissos ou reforçam a estratégia discursiva racista. Existem contra-discursos contra as iniciativas de superação do racismo. Um outro nível que observamos na sociedade brasileira passa pela institucionalidade, permeando o pensamento social e que é reforçado por legisladores, governante e administrador. O nível máximo do racismo é o da segregação total, como foi o *Apartheid* na África do Sul. Não existe racismo simbólico, mas estágios de manifestação do racismo. E em cada plano há diferentes conseqüências.

O QUE FAZER PARA SAIR DE UMA SITUAÇÃO COMO ESTA?

Uma das saídas é compreender o fenômeno e se engajar em movimentos sociais que lutam pela superação do racismo. Temos ainda que trabalhar pela formação do nosso espírito, pelo desenvolvimento de uma consciência crítica com relação à realidade do racismo e manter uma autodisciplina que nos leve à superação de vaidades pessoais para que tal projeto político possa triunfar. E, quando falamos de movimentos sociais, sabe-se que os interesses são diversos. Martin Luther King, uma das maiores lideranças políticas do século 20, manifestava essa preocupação em todas as suas falas.

Luther King dizia que quando a gente se engaja nos movimentos sociais conquistamos notoriedade e visibilidade social. Isso mexe com o nosso espírito, com as nossas vaidades e pode trazer conseqüências nefastas para a trajetória de lutas do movimento. Segundo o grande mestre, nunca podemos nos esquecer que somos resultado de uma trajetória histórica de longas lutas sociais.

Digamos: se eu nunca tivesse me engajado na luta anti-racismo, mas individualmente tivesse me dedicado a estudar o fenômeno do racismo no Brasil, sozinha esse empreendimento não poderia ser vitorioso porque o problema ao qual me dediquei é resultado de uma agenda política que foi engendrada pelas organizações negras que lutam contra o racismo em nossa sociedade. Em suma, adquirir fama precocemente e atravessar a vida

mantendo-se como uma grande liderança política é um dos maiores desafios para os nossos ativistas. Aquele que conquista notoriedade política precocemente tem o desafio de manter-se íntegro a vida inteira.

DEBATE

Como analisar a história do movimento negro no Brasil? Esta questão também me preocupava quando fui estudar o racismo na sociedade brasileira. Na verdade, só resolvi esse problema quando estabeleci um debate com a teoria dos movimentos sociais. Ou seja, não dá para entender e explicar essa questão sem fazer a aproximação entre a teoria dos movimentos sociais e as trajetórias das lutas de combate ao racismo em nossa sociedade. Cada um de vocês deve estar se perguntando: o que é movimento social? As minhas inquietações me levaram ao entendimento de que movimento social é um ator coletivo que busca ou persegue um projeto de mudança social. Em resumo, esse entendimento me deu uma certa tranquilidade e também honestidade para lidar com a questão da luta negra em nossa sociedade, com as questões surgidas do fenômeno investigado. Com isso, consegui localizar na história o momento no qual aparece na literatura a expressão *movimento social*. Segundo os estudos existentes, embora o fenômeno seja anterior ao conceito, a palavra movimento social começa a circular na literatura sociológica por volta de 1840, com o advento do movimento operário europeu. Ou seja, a expansão da ação política não institucionalizada se dá naquele momento. Quando partimos do entendimento que movimento social refere-se ao sujeito coletivo que persegue e realiza a mudança social torna-se também possível formular a seguinte indagação: como aparecem na sociedade brasileira as organizações negras que lutam contra o racismo?

Hoje sabemos que nossos grandes pesquisadores negligenciaram toda a história e trajetória do movimento negro brasileiro. Posso fazer recortes para compreender o movimento negro brasileiro. Mas não posso nunca negligenciar que este movimento começa lá atrás, desde os tempos das lutas e levantes contra a escravidão. O exemplo paradigmático que ilustra bem a origem desse fenômeno em nossa sociedade é a formação dos quilombos nos tempos da escravidão. O processo de organização e surgimento do Quilombo dos Palmares ilustra bem essa questão. Em resumo, no Brasil, se quisermos entender a questão dos movimentos sociais temos que estudar essas organizações que vão surgindo desde os tempos coloniais.

É assim que vamos identificar as vertentes teóricas que tratam da questão dos movimentos sociais e conseqüentemente do alcance político das lutas negras em nossa sociedade. A vertente clássica é aquela inaugurada por Weber, Durkheim, Marx, Comte e Le Bon, os quais viam os movimentos sociais ora como sinalizadores da grande transformação social ora como ameaça para a ordem estabelecida. Há uma vertente contemporânea que concebe os movimentos sociais como pequenos núcleos, pequenas células que se conectam e desconectam em busca da viabilização de um projeto de mudança social. De posse desse entendimento, posso fazer qualquer recorte histórico para estudar os movimentos negros no Brasil, sem correr o risco de negligenciar processos históricos. Posso estudar movimento negro no Brasil tendo como referência o processo de formação do Quilombo dos Palmares, a origem e desaparecimento da Frente Negra Brasileira (FNB), o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) no final da década de 1970 ou o surgimento da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) no início da década de 1990.

Quando busquei compreender o fenômeno de formação das organizações negras em nossa sociedade entrevistei lideranças que se auto-identificavam com partidos políticos de esquerda, com partidos políticos de centro ou ainda com partidos políticos de direita, para

ficarmos na definição clássica de partido político. Esse procedimento me permitiu estudar tal fenômeno sem precisar me preocupar com as disputas pessoais que ocorrem no interior dos movimentos sociais.

Qual é o propósito do intelectual que procura desvendar as chaves dos problemas de uma sociedade? É ser ético e honesto cientificamente. É buscar interpretar a história captando argumentos significativos para a compreensão da realidade. Tal como nos ensinou o mestre Mao Tse Tung “Não perdi a compreensão de que o mundo pertence aos jovens. Plenos de vigor e vitalidade, tal como o sol às oito ou nove da manhã. O jovem precisa desenvolver também a consciência crítica, olhar o passado, o feito dos mais velhos, olhar com sabedoria as conquistas, os avanços, os erros também. Não precisamos desconsiderar os nossos antepassados para conquistar visibilidade e fama política”.

Sobre o conceito de reparação ou política de ação afirmativa, penso que o professor Walter já comentou bem esse assunto. É preciso ter cuidado com as políticas que sejam apenas compensatórias.

Sabemos que o PT ainda tem que avançar muito no diálogo com a agenda do movimento negro. O PT foi o primeiro partido a criar uma Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, mas sabemos que essa temática é de difícil abordagem em qualquer partido político. Há uma tendência dos partidos políticos de esquerda em querer sobrepôr a questão de classe sobre o problema das relações raciais. Por isso mesmo, temos que sentar com nossos pares não-negros para fazer este debate e esta reflexão.

A socialização da criança em ambientes sociais racistas é muito dolorosa. A criança aprende desde cedo os valores da sociedade a qual pertence observando as características de seu corpo, ouvindo o que falam sobre ela ou sobre o seu grupo de referência. Ou o que é veiculado nos programas e nas propagandas de televisão. Tenho dito que o processo de formação da consciência racial antecede o processo de formação da consciência política. E esse processo é a primeira violência do racismo na esfera individual. Lutamos para sermos aprovados socialmente. Esta é a propensão humana: ser visto positivamente. Quando alguém nos reprova, esta reprovação produz desconforto, sofrimento, distúrbio emocional. Significa dizer que o racismo mina a confiança dos sujeitos desde pequenos. Educar uma criança em uma sociedade racista é difícil.

Para mim é uma grande satisfação poder disponibilizar essa pequena parte do capital intelectual que acumulei ao longo dos últimos vinte anos para lideranças da juventude negra brasileira. Para finalizar quero deixar uma reflexão sobre os caminhos que temos que percorrer para alcançar a vida boa. Essa reflexão vem das lições ensinadas pelo velho sábio Aristóteles. Querendo nos apontar os caminhos para se chegar à vida boa ele nos coloca perguntas e aponta caminhos. Diz o filósofo: Qual é a finalidade da vida?

E responde imediatamente: É a busca da felicidade. E formula outra pergunta: Mas, como alcanço a felicidade? Sendo uma pessoa justa! Mas, como é afinal a pessoa justa? É aquela que busca o fim perfeito. O que faz a pessoa que alcança o fim perfeito? Ela é a pessoa que é guiada pela justa medida, pela retidão. Ou seja, a pessoa que alcança a felicidade é a pessoa que tem a justa medida. Em resumo, a finalidade da vida é alcançar o fim perfeito. Vocês, meus jovens, têm a vida inteira para buscar o fim perfeito.

Grata pela oportunidade de estar aqui.

*Doutoranda
do Programa de
Pós-Graduação
em Educação
da Universidade
Federal Fluminense,
Pesquisadora
do Observatório
Jovem/UFF e do
Programa de
Educação Sobre o
Negro na Sociedade
Brasileira/UFF

CONDIÇÃO JUVENIL: EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO

Monica Sacramento*

A categoria juventude constitui-se por critérios históricos e culturais, podendo ser entendida, ao mesmo tempo, como uma condição social e um tipo de representação¹.

Ao longo da história, diferentes sentidos sociais têm sido atribuídos à juventude. Vistos, quer como sujeitos potentes para a revitalização social², quer como promotores(as) de instabilidade social, observa-se que aos(às) jovens e às suas ações associam-se, diretamente, os desejos de continuidade ou de transformações sociais.

Há diferentes formas de ser jovem em nosso tempo. As “juventudes” se apresentam multifacetadas e plurais. Desta forma, os modos de representação dos sujeitos jovens em determinada sociedade e modelo cultural explicitam a *condição juvenil* desta etapa de vida em um contexto determinado.

Por outro lado, há formas múltiplas e desiguais de experimentar a condição juvenil a partir de diferentes recortes de classe, gênero, local de moradia, pertencimento racial, o que determina a *situação juvenil*.

ABORDAGENS E POLÍTICAS

Após os anos 1990, observa-se, processualmente, a adoção da noção conceitual que considera os(as) jovens como sujeitos de direitos, ampliando suas possibilidades de representação social como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas específicas e intersetorialmente articuladas.

No entanto, alguns programas consideram noções tradicionais sobre a juventude em sua formulação determinando, assim, ações de tutoria, protagonismo e/ou subordinação de tratamento.

JUVENTUDES EM CURSO:

COMO É SER JOVEM NEGRO NO BRASIL?

Segundo o Censo 2000, a população jovem contabiliza 34 milhões de indivíduos³, mantendo-se equiparação de gênero. A população jovem negra perfaz um total de 16 milhões de pessoas.

Dados recentes⁴ informam que 48 % dos(as) jovens entre 15 e 17 anos cursam o ensino médio e no ensino superior encontram-se 13 % das pessoas entre 18 e 24 anos. Cerca de 18 % das pessoas entre 15 e 17 anos estão fora da escola, percentual que aumenta em 66 % entre aquelas que têm de 18 a 24 anos.

As situações de renda e pertencimento racial são determinantes nas análises sobre as desigualdades educacionais. Sabe-se que no país, a população negra tem menos anos de

estudo se comparada à população branca⁵. Este descompasso entre o tempo de escolarização entre os grupos raciais tem impacto direto no acesso ao mercado de trabalho, o que demonstra a significativa importância da educação no enfrentamento da situação de pobreza e empregabilidade da população brasileira.

Segundo a PNAD/2002, dos 17,2 milhões de jovens ocupados, 10,5 milhões tinham entre 20 e 24 anos e apenas seis milhões estavam em empregos formais. Dentre os jovens desocupados, em 2001, aproximadamente 50 % deles estavam à procura do primeiro emprego.

Os efeitos dos processos de exclusão resultam num quadro de escassez de alternativas para a satisfação de necessidades, desejos e objetivos mediados pela sociedade de consumo, representando um risco para boa parte da juventude, em especial, para os(as) jovens negros(as).

Registram-se elevados índices de violência – como agentes ou como vítimas – entre os(as) jovens. Os homicídios e os acidentes fatais são responsáveis por 38 % e por 27 % das mortes juvenis, respectivamente.

Em 2001 existiam mais de 10 mil jovens em privação de liberdade, sendo que desses 90 % eram do sexo masculino, 76 % se encontravam na faixa etária de 16 a 18 anos, 60 % eram negros e 51 % não freqüentavam a escola ou trabalho no momento em que cometeram o ato infracional⁶.

PARA NÃO CONCLUIR...

O quadro demográfico e os indicadores sociais que acompanham a situação juvenil no Brasil neste início de século são complexos e, em grande medida, dramáticos, porém permitem compreender a dinâmica política e social em que o segmento transita.

No que se referem à participação, os dados⁷ apontam que os jovens participam da vida social pública através de distintas formas associativas, especialmente aquelas que se relacionam com a cultura, a diversão e a religiosidade. No entanto, observa-se uma baixa participação dos jovens em entidades estudantis e em atividades de organizações políticas.

É, portanto, tarefa para a ação coletiva organizada entender estas outras formas de associação juvenil para a construção de uma pauta comum de reivindicações.

Neste sentido, penso que o partido político deve estar disposto a dialogar com jovens negros(as) e não-negros e integrantes de diferentes associações fortalecendo, assim, a formação de mais pensadores negros e avançando na construção de uma episteme negra. Os(As) jovens negros(as) são os(as) que mais sofrem as interdições do espaço urbano. Este sujeito de direitos – negro(a) e jovem – precisa se constituir como formador e articulador de política. Para melhorar sua incorporação é preciso consolidar redes de proteção social e potencializar instrumentos que possam contribuir com as diferentes formas de participação dos jovens.

NOTAS

1. Consultar PERALVA, Angelina. *O jovem como modelo cultural*. In: Revista Brasileira de Educação, Nº Especial Juventude e Contemporaneidade, nº 5/6. São Paulo: Anped, 1997.

2. Ver MANNHEIM, K. *O problema da juventude na sociedade moderna*. IN: Sociologia da Juventude, I. Da Europa de Marx à América Latina de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

3. Considerando-se a faixa etária dos 15 e 24 anos.

4. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. IPEA, 2008. Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br>
5. Ver PNAD 2007.
6. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA, 2001.
7. Projeto Juventude, 2004.

ALGUMAS LEITURAS...

- ABRAMO, Helena. *O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro*. In: FREITAS, Maria V. (org). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- DAYRELL, Juarez. T.. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação, Campinas, Anped, n. 24, p.40-52, set/out/nov/dez, 2003.
- HENRIQUES, Ricardo. *Raça e Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília, Unesco, 2002.
- MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. *La construcción social de la condición de juventud*. In: *Viviendo a toda. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santafé del Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998.
- MELUCCI, Alberto. *Juventude, tempo e movimentos sociais*. In: Juventude e Contemporaneidade - Revista Brasileira de Educação, nº 5 e 6, Anped, 1997.
- MUNANGA, Kabengele. *Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização*. In OLIVEIRA, Iolanda de (org). *Relações Raciais e educação: temas contemporâneos*. CADERNOS PENESB 4. Niterói: EdUFF, 2002.
- SPOSITO, M. P. e CARRANO, P. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. nº 24, Anped, 2003.

JUVENTUDE: CONCEPÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA NO BRASIL Danilo Morais*

Este breve texto é a transcrição, com alguns ajustes, de exposição e debate, a que denominei “Juventude: concepções, políticas públicas e projetos políticos em disputa no Brasil”, realizado em atividade do Núcleo de Juventude Negra do Partido dos Trabalhadores (JN13), no Instituto Cajamar (SP), tendo como pano de fundo as relações raciais no Brasil e as possíveis formas de ação política da juventude negra para transformá-las – objetivo fundamental deste evento de formação política –, mas com a pretensão central de introduzir a discussão das relações possíveis entre diferentes interpretações sobre a juventude e as políticas públicas adotadas para este segmento. Relacionei, assim, concepções de juventude e as políticas públicas que delas podem decorrer, com os principais projetos políticos em disputa no Brasil pós-democratização, quais sejam: o projeto democrático-popular e o projeto neoliberal.

Destaco ainda, como fiz na oportunidade deste debate, que meus temas centrais de trabalho são a democracia participativa e as relações raciais no Brasil e que, portanto, o que se segue é apenas um conjunto de reflexões iniciais, com referência na teoria de autoras/es de reconhecida relevância na análise do tema juventude, relacionando-as/os com parte da interpretação, a que estou mais familiarizado, sobre a construção democrática no Brasil. É evidente que, de um ponto de vista político prático, um campo de referências importante aqui deriva de minha ação como militante da juventude do PT e, mais recentemente, da experiência de assessoria à I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Primeiramente devo dizer que boa parte de minha preocupação inicial a apresentar a vocês, no caso uma definição de fundo para o termo *juventude*, pela coincidência de perspectivas com o que já trouxe Mônica Sacramento antes de mim, acredito já estar significativamente explicitado. O que deve ser novamente destacado, ainda em relação à definição aqui adotada, é que a *juventude*, ou as *juventudes* como prefere Mônica, não deve ser pensada como um dado natural. Por exemplo, os que hoje temos um engajamento como juventude negra sabemos da impossibilidade de pensar que é a mesma coisa ser jovem negro/a em nosso contexto atual e nos anos 1960 e 1970.

É sempre necessário, portanto, pensar a condição juvenil e os possíveis sentidos de pertencimento dos atores sociais a esta categoria denominada juventude à luz de uma contextualização histórica e social – em diferentes períodos históricos as sociedades geram formas diferentes do que é ser jovem, como enfatiza bastante a professora Regina Novaes.

As quatro concepções em disputa sobre juventude, já trazidas pela Mônica, geram, segundo entendo, três diferentes modelos gerais de políticas públicas voltadas ao segmento juvenil. Num esboço inicial de algumas idéias sobre as quais estou tentando me debruçar para pensar as PPJs, podemos ter que:

A partir de duas concepções de juventude: a) a que entende a juventude como apenas um período de *transição entre a infância e a vida adulta*, tendo o/a *jovem* como um *não ser*; e b) uma segunda concepção, que vê o/a jovem sempre pelo prisma do *problema*, deriva um

*Sociólogo e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (Neab-UFSCar). Vice-presidente do Instituto Plural, ONG que trabalha com a educação das relações étnico-raciais em Ribeirão Preto (SP). É jovem e militante negro do PT.

modelo de política pública que pode ser denominada de Política Pública *para* a Juventude, no sentido em que encara principalmente *os/as jovens como alvos* da política, não enquanto sujeitos da mesma. No caso da concepção da *juventude como transição*, estas políticas são entendidas como políticas “universais” mas, na prática, como destaca Helena Abramo, dão “para os filhos das classes médias e altas [e brancos], as políticas de educação e formação geral (...), ao lado de medidas preventivas e punitivas no campo das transgressões morais e movimentos políticos. Para os jovens dos setores populares [e negros], as políticas se resumiam a algumas medidas de apoio à inserção no mundo do trabalho, mas mais fortemente medidas de prevenção, punição ou resgate das situações de desvio e marginalidade.” (Abramo, H., 2005: p.23 – disponível também na área de publicações de www.fes.org.br). Ou seja, estas políticas atingem de forma desigual distintos segmentos internos à população jovem. Quanto à concepção da *juventude como problema*, também vendo o/a “jovem como alvo” e não sujeito, as Políticas Públicas *para* a Juventude são “focalizadas”, o que na prática significa que são voltadas aos grupos na chamada situação de “risco social” – jovens das periferias urbanas, de classes populares, negros e negras – para prevenção de DSTs, “gravidez precoce”, envolvimento com violência ou atos infracionais. Estas ações têm início com recursos públicos e, muitas vezes, são executadas por organizações da sociedade civil.

– Uma terceira concepção para pensar as questões juvenis faz uma certa apologia do/a jovem, vendo-o/a como solução, se não de todas as questões da sociedade, ao menos como o/a responsável principal pela solução de suas próprias questões. De uma perspectiva mais “conformista” a juventude é vista assim, enquanto “agente estratégico do desenvolvimento”, e de uma perspectiva mais “rebelde” como um ator social de “essência transformadora”, sempre pronto para contestar a ordem social vigente. Dentro então da concepção do “jovem como solução” há o fomento ao empreendedorismo juvenil e a ações como voluntário na comunidade de origem – relacionada mais com a visão “conformista”, tem um forte apelo da grande mídia inclusive. De outra perspectiva, “rebelde”, mas ainda do/a “jovem como solução”, há uma política privilegiada do diálogo com os grupos juvenis organizados para o fomento da participação destes no levantamento de suas demandas e formulação de políticas públicas para contemplá-los. O modelo que deriva da concepção da “juventude como solução” seria da Política Pública *com* a Juventude. Aqui já existe a idéia do jovem como um ator, um sujeito e não mais só como alvo da política.

– Finalmente, numa concepção de juventude como ator ou sujeito de direitos, políticas voltadas a este segmento podem ser denominadas de Políticas Públicas *de* Juventude. Este modelo me parece sintetizar a compreensão da necessidade, para maior efetividade das políticas públicas voltadas ao segmento juvenil, de atravessar as diversas áreas de atuação do poder público (não devem estar centradas nem apenas nas secretarias de assistência, ou mesmo educação, e também não devem ser apenas de incentivo à participação pois, em grande parte, estas políticas têm que contemplar as parcelas não organizadas da juventude e com maiores dificuldades e menor interesse em acessar estes canais de participação) e coordenadas por uma institucionalidade específica. Esta transversalidade, usando da visão de Mary Castro (Castro, M., 2004), deve ser não apenas horizontal, com relação à estrutura do governo, mas também vertical, vindo “de baixo para cima”, desde o diálogo com os setores juvenis, para a construção participativa das PPJs.

A QUESTÃO JUVENIL E OS PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA

Daqui podemos entrar na discussão entre a questão juvenil e os projetos políticos em disputa na cena pública brasileira. Anotando que projeto político, como define a professora Evelina Dagnino, a partir de Gramsci, pode-se entender como “conjuntos de crenças, inte-

resses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orienta a ação política dos diferentes sujeitos.” (Dagnino, 2002: p.282), não diz respeito necessariamente a um projeto político partidário. Projetos políticos se expressam em suas diferenças e antagonismos na sociedade em geral também, pois a disputa política existe não só na institucionalidade do Estado e dos partidos.

Um primeiro projeto político que podemos relacionar com aquelas concepções de juventude, e as políticas públicas voltadas ao segmento juvenil ligadas a elas, é o projeto de modernização conservadora. Ele inicia sua hegemonia no governo Getúlio Vargas, no início da década de 1930 e a mantém, apesar das distinções e até antagonismo interno (em sua maior parte se desenvolve em período autoritário, mas com alguns espasmos de democracia, e tem os mais progressistas, como no caso de Vargas e parte dos populistas, e os mais reacionários, caso dos udenistas e do regime militar), até meados dos anos 1980, quando há a transição para o governo civil. Um dos seus pilares é o estabelecimento do Estado nacional com ideologia de unidade centrada na harmonia da fusão das “três raças” (indígenas, negros e brancos), ou seja, a base do mito da democracia racial brasileira. O Estado aqui é o principal indutor do desenvolvimento econômico nacional e da regulação do mercado, mas mantém uma relação de tutela para com a sociedade civil, produzindo o modelo de cidadania ainda dominante entre nós, a *cidadania regulada* – concepção hierarquizada de estabelecimento dos direitos, como se estes fossem uma forma de dádiva, uma concessão. O cidadão, neste sentido, não é um sujeito autônomo. Aqui, no projeto de modernização conservadora, as políticas voltadas ao segmento juvenil são, quando realizadas, no máximo Políticas Públicas *para* Juventude, ou seja, o/a jovem é apenas alvo das mesmas.

No projeto político neoliberal, que disputa com o projeto anterior e ganha centralidade no país no pós-1985 e principalmente na década de 1990, o Estado é pensado como *idealmente mínimo* para a regulação dos mercados e na garantia de direitos, por outro lado e ainda para eles, deve ser *idealmente máximo* na garantia da acumulação capitalista. Aqui também há a concepção de uma democracia mínima (liberal representativa), sinônimo de um conjunto de procedimentos estabelecidos para produzir governos. Temos de estar alertas, pois no projeto neoliberal se admite que existem desigualdades e que é preciso corrigi-las. Não apenas econômicas, mas até de raça e gênero, mas sua proposta é diminuir estas desigualdades com a inserção do indivíduo no mercado consumidor. O projeto político neoliberal expressa a cidadania apenas na idéia do *cidadão consumidor*, ou seja, não sendo central a garantia de direitos. Há uma regressão, neste ponto, até em relação a parte do modelo conservador.

Distinguindo-se novamente da modernização conservadora, o projeto neoliberal tem de certa forma o incentivo à participação, porém, esta participação se dá na chave da *transferência de responsabilidades* do Estado para a sociedade civil. Assim, este projeto político tende a ser referência para Políticas Públicas *para* Juventude e, no máximo, Políticas *com* a Juventude, e estas no sentido “conformista” que já mencionei.

Antes de continuar com a discussão dos projetos políticos e PPJs, faltou definir no início que política pública, no sentido que estou falando, é a forma mais organizada de ação do Estado. Ele pode agir a partir de projetos e programas também, mas um Estado que abdica da construção de políticas públicas não está agindo com a concepção necessária de garantia de direitos.

A mim parece evidente que o projeto neoliberal detém, ainda hoje, significativa hegemonia. Entretanto, o projeto político democrático-popular ou democrático-participativo, que se constitui à partir das lutas dos movimentos sociais e sindicais pela redemocratização política do país, é seu principal antagonista. É um projeto emergente, portanto não hegemônico. Mesmo com o governo do Presidente Lula sabemos que o projeto democrático-popular ainda está longe da construção da hegemonia na sociedade – só a institucionalidade não nos

interessa e, inclusive nesta, estamos longe de ser o campo hegemônico. Vejam o Legislativo (Congresso e Senado) e a recorrente parcialidade do Ministério Público e do Judiciário. Para este projeto a concepção de Estado é deste como regulador do mercado e garantidor de direitos, bem distante da visão neoliberal.

A partir da idéia de que a democracia é um processo de permanente construção, o projeto democrático-popular combina a democracia representativa e a democracia direta com a concepção de democracia participativa. Pensando, por exemplo, à partir da luta do movimento negro e da juventude negra, a concepção de direito colocada pelo projeto político democrático-popular, *o direito a ter direitos*, possibilitou a abertura institucional para as demandas por ações afirmativas, a construção da igualdade, mas com o reconhecimento das diferenças. Esta compreensão é importante porque nos constituímos como atores inclusive para a demanda por novos direitos. Assim, se houve avanço na questão dos direitos da juventude ou das juventudes, podemos avançar mais ainda ao exigir direitos da juventude negra – a que mais sofre com a violência policial, a dificuldade de acesso à educação e à saúde. A democracia assim é sempre um processo contínuo, não tem um fim determinado, sempre pode se aprofundar e ampliar, não é apenas um conjunto de regras para produzir periodicamente a renovação dos governos.

Sobre a participação, por meio da concepção de *cidadania ativa*, para o projeto democrático-popular se dá como *partilha efetiva do poder*, como bem define a professora Dagnino. Um governo que se identifica com este projeto, como devem ser os governos petistas, chama e dá possibilidade, desta forma, de participação em espaços públicos para a decisão sobre as políticas públicas. Isso é parte do processo que pode engendrar uma *nova cidadania*.

Com essa descrição que fiz sobre o projeto democrático-popular fica evidente que a concepção de juventude que a ele se vincula é a de juventude como conjunto de atores ou sujeitos de direitos, portanto, orientando Políticas Públicas *de* Juventude. Na realidade, toda a minha fala tem como principal sentido tentar construir com vocês o entendimento de que, como partido, precisamos fazer a disputa por esta concepção de juventude e este modelo de políticas voltadas ao segmento juvenil, especialmente no embate com a concepção de juventude e o modelo de políticas vindos do projeto neoliberal. Estar alinhado a uma concepção vinculada aos outros projetos mencionados está fora do que foi construído na lógica majoritariamente presente no movimento negro e no conjunto dos movimentos sociais, assim como do Partido dos Trabalhadores. Neste trabalho para a Secretaria Nacional de Juventude do governo federal, vi que os governos de direita têm adorado juntar quinhentos, mil jovens, para fazer conferência de juventude em ano eleitoral. Principalmente para falar de *jovem como problema*, ou para fazer a apologia da *juventude como solução*. Será que se está avançando assim, de fato, em efetivas políticas de juventude?

Para encerrar, gostaria de fazer apenas mais uma consideração sobre nossa ação política como juventude negra petista e a questão da cultura, para fazer uma reflexão breve, que certamente deverá ser aprofundada ainda neste seminário ou em outras oportunidades. O ambiente da cultura, a religiosidade e a arte obviamente são vias fundamentais da expressão da juventude negra. Mas entendo, à partir desta afirmação, que fica uma questão: quando esta ação pela cultura se torna relevante do ponto de vista da ação política? Quando se torna relevante na política a participação por meio da cultura? Não do ponto de vista instrumental ou utilitário, no qual a cultura e a arte deveriam sempre ter uma finalidade voltada diretamente para a ação política, mas pensando que estamos fazendo um esforço de reflexão como juventude negra de um partido. Uma saída possível para esta questão, que indica Michael Hanchard, cientista político estadunidense, é que a ação na esfera da cultura se torna diretamente relevante para a ação política, quando aquela ajuda a produzir, ou reproduzir, um sentido de *comunidade política*, ou seja, dá parte das condições necessárias para um sentido de pertencimento que pode ser construído pela expressão artística ou religiosa, mas

extrapola para o pensar a ação sobre o mundo, uma ética, também para a ação política. Aí este tipo de ação se torna relevante para a política.

Esta formulação, que relaciona cultura e política, é muito importante para nós. Se a juventude petista, de forma geral, hoje tem discutido como estratégico um pacto geracional entre o PT como instituição e a juventude que nele tem referência para, entre outras coisas, pensar formas de resignificar o projeto democrático-popular entre os/as jovens deste contexto social e histórico – bastante distinto daquele em que se formulou este projeto e da fundação do partido – é importante considerar a cultura como ponto central. Para a juventude negra do PT, que faz parte deste projeto político transformador, esta formulação me parece ainda mais estratégica.

PERGUNTAS

Como você vê o tratamento da juventude pela mídia?

Vejo muitas vezes que estamos em uma situação hoje na qual não adianta ir só para a escola fazer um trabalho. Toda casa tem uma TV e toda TV passa uma novela com um negro na cozinha trabalhando e o negro pobre. Como só realizar o trabalho naquela escola, naquela família, vendo que a mídia coloca para você o que é ser juventude e o que é ser juventude negra? Estudo jornalismo e o pessoal acredita mesmo que a mídia é o quarto poder. Acho que isso é algo que devemos estar puxando na nossa sociedade. Como vamos nos comportar diante disso? Como podemos trabalhar isso nos meios de comunicação? A mídia tem destruído o trabalho que tem sido feito. O que fazer para melhorar?

Você fala na sua definição de políticas públicas sobre a centralidade da ação do Estado. A gente vê em alguns movimentos sociais uma descrença com as políticas públicas, haja vista o estágio de desorganização do Estado brasileiro nas áreas sociais. Tendo em vista o papel que o movimento social tem de transformar o Estado, o que você acha desta desqualificação das políticas públicas? E como vê a questão das cotas?

DANILO RESPONDE

A questão sobre as ações afirmativas. O negro não está na universidade por causa das desigualdades raciais. Todos os dados dos últimos vinte anos indicam que existem barreiras para o acesso a uma série de direitos por conta do pertencimento a alguns determinados grupos da população. No nosso caso, o pertencimento étnico-racial. Uma das formas mais eficazes de combater isso são as políticas públicas de ações afirmativas. Sobre a descrença em relação às políticas públicas, nós negros e negras podemos falar que as políticas públicas, ainda hoje, não nos contemplam e não são construídas por nós. Isso é diferente de não entender o papel estratégico das políticas públicas para efetivar direitos. Tem que ser pela política pública ou voltamos para o que fez, na primeira metade do século passado, a Frente Negra, organizando suas próprias escolas etc. Então, as ações afirmativas servem para diminuir esta distância. É importante a reserva de vagas para negros e negras no ensino superior.

A pergunta em relação à discussão da educação sem pensar a reserva de vagas. O movimento negro hoje e historicamente sempre pensou muito além das “cotas” ou reserva de vagas. Educação para o movimento negro não é só reserva de vagas. Um exemplo atual é a lei 10.639/03, instituída pelo Presidente Lula, mas por um acúmulo de reivindicações e propostas do movimento negro. Esta lei tem por objetivo a reeducação das relações étnico-raciais, a partir da introdução do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no ensino básico. Mesmo assim, a continuar nesta curva de desigualdade do ponto de vista do acesso à

educação entre negros e brancos, precisaríamos de aproximadamente cem anos para alcançar os brancos. Então, as ações afirmativas servem para diminuir esta distância, são também importantes, incluindo a reserva de vagas para negros e negras no ensino superior.

Sobre a relação entre democratização da mídia e a juventude. Primeiramente ações para a democratização do acesso do/a jovem à mídia, por incentivo a rádios comunitárias etc. Além da democratização da grande mídia, que necessariamente precisa mudar a relação que estabelece, privilegiando padrões estéticos e culturais brancos/europeus e, nisso, também é necessário pensar ações afirmativas, com cotas de programação para produção cultural afro-brasileira e participação de negros e negras como âncoras de telejornais, na tele-dramaturgia etc. Acrescentando, ainda, para essa discussão sobre a grande mídia, especificamente a TV e a juventude, é importante verificar que a centralidade da TV para a juventude também se relaciona com o tempo livre passado em frente à TV. Assim, políticas públicas de juventude aqui também são estratégicas. É preciso ter políticas de lazer para criar alternativas de uso do tempo livre.

Pensar como combater o poder da grande mídia é importante, inclusive criando alternativas ao seu uso, para descartá-la um pouco mesmo. A grande mídia é hoje, como sabemos, um partido político, e um partido branco e de direita.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, H.W. "O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro", In FREITAS, M.V. (org) *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*, Ação Educativa, Friedrich Ebert Stiftung e UNICEF, São Paulo, 2005.
- CASTRO, M.G. "Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes", In NOVAES, R. & VANNUCHI, P. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, São Paulo, Instituto Cidadania, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- HANCHARD, M. *Party/ Politics: Horizons in Black Political Thought*, New York, Oxford University Press, 2006.
- NOVAES, R. & VANNUCHI, P. "Apresentação" In NOVAES, R. & VANNUCHI, P. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, São Paulo, Instituto Cidadania, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

DA ESCRAVIDÃO PARA A ORGANIZAÇÃO

Sonia Leite*

*Militante feminista desde 1978 e militante fundadora do PT; iniciada nas religiões de matriz africana

No período inicial da escravidão no Brasil, somente um terço dos escravos eram mulheres. Os senhores de engenho optavam por comprar meninos de 10 a 17 anos, “moleques”, fortes, que segundo a ordem geral de mercado produziam mais.

As mulheres eram consideradas peças de pouca serventia, a colônia tratava assim, desta forma grotesca, a figura humana dos escravos e escravas: “peças”.

Seguindo este mesmo método comercial, as mulheres negras, no decorrer do período escravagista, foram assumindo novas funções. Os senhores vislumbravam o potencial de comércio destas “peças”, começaram a se interessar primeiro pelas “molecas”, meninas jovens de seios rijos. Serviam para procriar, ter novos escravos nascidos aqui sem despesas de transbordo, além disso, eram consideradas ótimas amantes.

O sentido utilitário da “coisificação” do escravo e da escrava brasileira adquiriu ares de crueldade aqui na colônia. As mulheres negras, além de servirem ao eito, serviam à lascívia dos senhores do engenho e, por vezes, eram odiadas pelas “sinhazinhas”, as esposas ultrajadas, que imprimiam castigos absurdos àquelas que julgavam ser as amásias de seus maridos. Estes castigos serviam de remissão para o casal e por esta remissão a jovem escrava perdia partes de seu corpo, como olhos, orelhas e genitália.

Este processo de coisificação deu-se porque as “peças” eram realmente consideradas seres sem alma. A Igreja da época corroborou com este ideário ao constatar que os negros e negras não tinham alma, não eram civilizados (bula Papal), portanto eram coisas.

Além deste martírio coletivo, a “mais valia” sobre a escrava era crescente. Usava-se o corpo da escrava e tudo que pudesse ser explorado, desde a geração de novos escravos (separavam os “úteis” e desprezavam os fracos), a utilização de seu leite – era comum abrir os periódicos da época e encontrar tais anúncios: “Aluga-se ama de leite de filho recém parido, qualidade do leite boa”.

Esta mulher era alugada como “vaca leiteira”, era separada de seu bebê que, dependendo da sorte, poderia morrer. Em casos relatados da época eram jogados aos porcos. E esta mulher alimentava outra criança, sabendo que seu filho poderia estar morto. Esse processo de coisificação acarreta na mulher negra seqüelas atávicas.

PARA ALÉM DO SOFRIMENTO, A ORGANIZAÇÃO

Além da barbárie da escravidão existia a organização dos negros e negras, e daqueles que acreditavam em um modelo mais humano de distribuição do trabalho: lutar pela liberdade começou a perder ares de sonho e virar realidade.

As mulheres negras eram ativas nesta luta, organizando junto aos companheiros a construção de quilombos, e aí começa um novo drama para a mulher negra, “a invisibilidade da sua ação”.

Quando se fala em Quilombo dos Palmares, a maior referência de organização escrava do país, pouco se fala das mulheres quilombolas, pouco se fala de Alcotirene, que com seus jogos traçava junto a líderes como Ganga Zumba e Zumbi planos de guerra, ou da guerreira Dandara, e a ela só é atribuído o papel de mulher de Zumbi, ou das escravas que com sua rebeldia foram verdadeiros bastiões da luta pela liberdade. As mucamas, tão desprezadas por terem mobilidade, acompanhavam as sinhazinhas e se tornavam o primeiro correio nagô, levando notícias de quilombo em quilombo.

PÓS-ABOLIÇÃO

A Abolição foi um acordo mal feito pois, pressionada, a Coroa não tinha outra forma de gestão se não libertar os escravos e procurar outra maneira de controlar a economia que partia para o caos, acirrada pelo crescimento das revoltas escravas e do apoio de membros da sociedade, mestiços filhos da elite com alto grau de escolaridade, escravos forros formavam a linha de frente dos abolicionistas.

Em um artigo de duas linhas a princesa liberta os escravos e em contrapartida não lhes recompensa toda a superexploração sofrida, nenhum processo de indenização. Se nos Estados Unidos a liberdade veio acompanhada de 44 alqueires e uma mula (mas não se tem notícia se esta distribuição foi efetiva), aqui deram viva a liberdade e pronto, se virem!

Na época, a voz corrente era que ao escravo bastava dar um pão, um pano e um pau: um pão para se alimentar 24 horas depois da saída da fazenda, um pano para cobrir suas vergonhas e pau para matar os animais com quem conviveria na floresta.

Mas as mulheres negras não esmoreceram, mesmo com a dizimação familiar produzida pela escravidão elas, ainda firmes em suas crenças e sua cultura, buscaram organizar o clã.

E foram estas mulheres que puseram seus cestos na cabeça e saíram vendendo, “as quitadeiras”. Foram às casas oferecer serviços domésticos, lavar, passar, cozinhar e ainda serviam de amas-de-leite. Continuaram a cultivar seus Inkises, Orixás, Voduns e manter firme o sentido de etnia.

Também foram elas as atingidas pelo novo paradigma imposto à população negra: o racismo. Após a Abolição, ao negro coube vários estereótipos, os homens eram os malandros, preguiçosos, arditos; as mulheres negras eram vistas ou como as grandes “tetas”, servis, ou as boas de cama, a “mulata exportação”, mas nenhum dos tipos era para casar e constituir família. O estigma da coisificação persistia.

Era grotesco o modo como se representava o negro ou negra. Nos periódicos, as figuras eram tratadas com características de animais e agregada a elas o estigma da malandragem, do alcoolismo, do pouco trato, figuras animais.

É bom lembrar que este período foi fértil para os adeptos do racismo, os conceitos científicos eram eivados de preconceitos, os eugenistas agregavam à evolução humana a cor da pele, e exaltavam o conceito de raça. Carolus Linnaeus, por exemplo, biólogo dos idos de 1700, fez um compêndio no qual classificou todos seres vivos em domínios e reinos e em relação aos humanos e os dividiu em quatro vetores: brancos, amarelos, vermelhos e pretos. Neste sentido, exortou as qualidades inequívocas dos brancos, contemporizou em relação aos amarelos, ridicularizou os vermelhos indígenas americanos e animalizou os pretos, apresentando-os quase como seres inúteis, a não ser pela força física.

Lombroso (1800), na Itália, trazia outra teoria “pseudo científica” agregando os traços humanos como fatores essenciais para identificar um criminoso, e estes traços remetiam imediatamente aos traços dos descendentes de africanos, por ele considerados eminentemente criminosos.

DEMOCRACIA RACIAL

No Brasil República o dilema racial atingiu proporções maiores, pois o projeto de transformar o Brasil em uma Nova Europa, gestado no período pós-Abolição não funcionara. A população negra crescia a olhos vistos, logo o caminho era o da negação da negação, ou seja, o país não praticava o racismo, todos são irmãos, o caminho foi instalar, à fórceps, a democracia racial, fundamentada nas novas teorias eugenistas. Neste período, a mulher negra sofria com o dilema da miscigenação e da desapropriação de seu dado cultural, as várias afrodescendentes das diversas nações eram levadas a acreditar que a melhor coisa para a geração futura era a miscigenação (limpar o útero com sangue branco, teoria disseminada nas periferias). *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, foi um grande vetor de transposição para o que chamamos de racismo cordial, ou racismo à brasileira: se algo não existe, para que lutar contra a sua existência? Assim era visto o racismo.

Mas os movimentos negros lutavam contra esta realidade e lá estavam as mulheres negras, organizadas de novo mas invisíveis no seu processo de organização.

O grande centro de organização desta época foi a Frente Negra Brasileira e os movimentos como Teatro Experimental do Negro (TEN). Nesta época, a revalorização de ser negro e negra era exortada. Concursos que hoje soam de forma esquisita aos nossos ouvidos, como “Bonequinha do Café” e “Bonequinha de Piche”, eram o auge da procura de identidade da mulher negra, sua ligação com a africanidade, por meio da cor da pele, tão questionada naquela época.

As religiões de matrizes africanas traziam a figura imponente e agregadora das yalorissas, que carregavam a organização do clã.

Getúlio Vargas criou leis restritivas ao culto das religiões de matrizes africanas, subordinando o culto a alvarás tirados em delegacia, criminalizando a prática destas religiões. Foi o período em que a polícia invadiu terreiros de Candomblé e destruiu parte do sagrado destes terreiros, cometendo um crime contra o acervo imaterial afro no Brasil.

Foi Getúlio Vargas quem fechou a Frente Negra Brasileira, alegando tratar-se de atividade perigosa para ordem, comunista. É bom lembrar que a Frente tinha mais de vinte mil filiados e ia na contramão daquele “país maravilha sem racismo”.

1978: ORGANIZAR E LUTAR CONTRA O RACISMO

Em plena ditadura crescia o volume organizativo dos movimentos populares e o movimento negro estava ali, ancestralmente lutando por sua liberdade. Saímos das senzalas e não fomos à casa grande, fomos às favelas, à miséria, à barbárie do racismo.

As mulheres negras lá estavam de novo. Estivemos na fundação do Movimento Negro Unificado, formado por militantes da causa negra que, espelhados nos movimentos libertários dos negros e negras dos Estados Unidos, França e Haiti, vislumbravam o racismo como um dos componentes da exploração capitalista.

Lá estavam as mulheres negras lutando contra o racismo, mas além disso éramos as mais prejudicadas na escalada da discriminação no país pois sofriamos a tríplice discriminação: sexo, cor e pertencimento à classe pobre.

Em 1978 começamos a gestar formas novas de organização, era primordial derrotar o racismo, assim como a pobreza e o machismo. E mulheres libertárias e emblemáticas, como Lélia Gonzáles, lançam esta bandeira e questionam o comportamento do movimento negro em relação ao machismo estabelecido nas relações de poder, também questionadas dentro do movimento feminista. Juntados os componentes de raça, classe e gênero, Lélia trazia vitalidade aos velhos discursos e encostava na parede até os ativistas das causas anti-racismo e feministas.

Em 1980 ocorreu o *boom* das organizações sociais e as mulheres negras não ficaram fora deste crescimento, se organizavam dentro das suas entidades através de coletivos, como foi o caso do Coletivo Luiza Mahim, criado dentro do MNU por Lélia Gonzáles,

Se todos constroem a luta anti-racismo, por que só os homens falam? Criava-se um incômodo entre os militantes e paulatinamente o mesmo ocorria em relação ao movimento feminista, em plenárias de congressos e encontros, as militantes negras questionavam a ausência de mulheres negras nas mesas de debate. Surgem entidades só de mulheres negras, como o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, fundado por Tereza Santos; o Coletivo das Mulheres da Baixada Santista, fundado por Alzira Rufino; o Centro de Mulheres Negras Faveladas, no Rio de Janeiro, fundado por Joana Angélica; Grupo Nizinga, em Minas Gerais, fundado por Benilda; e pelo Brasil todo, como a Casa da Mãe Andreza, no Maranhão, e Maria Mulher, no Rio Grande do Sul, além de diversas outras pelo norte e nordeste. Podemos afirmar que de 1978 a 1990 foi a época de maior crescimento da discussão da mulher negra.

Continuamos buscando fórmulas para explicitar as nossas necessidades. Hoje temos várias entidades de mulheres negras ou dirigidas por mulheres negras no movimento negro e feminista. Temos uma Articulação Nacional de Ongs de Mulheres Negras, Fóruns Estaduais e um Fórum Nacional em formatação. Tivemos um crescimento excepcional da participação de jovens negras na luta, temos a adesão de novos setores como as mulheres negras lésbicas e as quilombolas. E buscamos também a luta institucional através de nossas representantes políticas nos partidos, sindicatos, no Legislativo e Executivo, como foi o caso de Benedita da Silva.

Temos a responsabilidade de criar cada vez mais espaços para discussão e metas para avançar na eliminação da barbárie do capitalismo, do machismo e racismo. Acreditamos na força de nossas ancestrais Luiza Mahim, Rainha Nizinga, Clementina de Jesus, Alcotirene, Dandara e Lélia Gonzáles.

A mulher negra tem importância vital para a manutenção do acervo imaterial dos descendentes da África. Ajudaram a construir este país e cabe às jovens negras perseverar nesta luta, afinal, já caminhamos metade do caminho, muitas ficaram no caminho, muitas construíram outros caminhos, mas nenhuma de nós ficou distante do Baobá, para passar às novas gerações a história de luta e resistência das guerreiras da liberdade, livres por natureza.

Ashé e luta!

UMA PERSPECTIVA JOVEM SOBRE O FEMINISMO NEGRO

Larissa Amorim Borges*

“Quero tocar meu corpo, quero sentir minha alma e em meio ao caos do mundo ser minha própria fonte de inspiração e calma. Hoje eu preciso de mim mais que nunca, como jamais precisei me encontrar.

*Hoje eu consigo mesma (SÓ) quero ficar, ser e estar.
Hoje eu mudei tudo de lugar para tentar me transformar.*

E rasguei e joguei fora.

E o que precisei peguei de volta.

Não quero mais me alimentar do lixo. Nem do meu, nem do lixo dos outros.

Não aceito mais os restos.

Para mais negra inda ficar: HOJE Me mudei de lugar.” (Larissa!)

*27 anos, jovem negra feminista, militante do Partido dos Trabalhadores há 13 anos. Participa da Organização de Mulheres Negras Ativas e do Coletivo Hip Hop Chama. Canta RAP no grupo de rap Negras Ativas e na Banca Atitude de Mulher. Moderadora de Processos Grupais formada pela H+K, Educadora Social e Arte Educadora. Estuda Psicologia na PUC Minas e trabalha como assessora do Conselho Municipal de Juventude de BH/MG.

QUEM VEM LÁ SOU EU.

Cada mulher negra em algum momento de sua existência e história é desafiada por si e/ou pelo mundo a ir além do pensar, para sentir e viver o “*seu ser mulher negra*” que é singular e vem a ser ao longo de um processo.

Entendendo que em nossos processos de **construção de identidade e empoderamento** é fundamental criar, recriar, registrar e partilhar elementos capazes de mobilizar mudanças sociais e subjetivas, sem neutralidade, ousar transformar em partilha parte do pensar-fazer-sentir que experimentei, e ainda experimento, dentro e fora do Partido dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais nas múltiplas interações com diversas instituições e sujeitos de direitos e desejos.

Aporto aqui parte de minhas percepções sobre diversos textos e contextos, lidos, vividos e sentidos sem a pretensão de elaborar uma verdade, mas com o desejo de externar a síntese de algumas considerações.

Muitos são os caminhos que na modernidade percorremos na tentativa de encontrar a nós mesmas. Muitas vezes procuramos desesperadamente sem saber o que buscamos, outras tantas vezes buscamos nos outros e longe de nós. Mas a beleza de cada caminhar por este caminho de “***aprender a aprender a ser mulher negra***”¹ está na particularidade da imagem coletiva desenhada por cada pé que o percorre.

FEMINISMO: HUMANIZANDO A HUMANIDADE

Analisando a história da humanidade podemos perceber que o feminismo é um dos conjuntos de idéias que ao se desenvolver mais provocou mudanças na vida das pessoas, impactando o cotidiano de mulheres e homens de todas as idades por todo o planeta.

As profundas mudanças nas relações sociais de gênero transformaram significativamente as relações afetivo-sexuais, alteraram costumes, flexibilizaram papéis, quebraram tabus e desconstruíram estereótipos. A partir disto, a sexualidade passou a ser entendida como uma dimensão humana, a divisão sexual do trabalho passou a ser questionada, a obrigatoriedade do “*ser mãe*” foi desnaturalizada, o espaço público passou a ser ocupado por novas agentes, entre “*santas e putas*”, humanizaram-se todas.

Foram muitas as conquistas e muitas ainda estão em processo. As “*Amélias*” do mundo ao perceber que “*A verdade*”, de verdade, são muitas, se mobilizaram na produção de novas/outras realidades, ousaram ir além das representações de gênero e papéis reproduzidos a partir do sistema hierárquico de relações sociais, políticas e econômicas patriarcais, que estabelecem o homem como centro e parâmetro, para construir na prática cotidiana outras possibilidades de ser mulher e ser homem, desconfigurando e reconfigurando a feminilidade e a masculinidade que até então eram estáticas, naturais e imutáveis.

GÊNERO E RAÇA

MUDANDO AS MUDANÇAS

As mudanças na vivência e designação do masculino e do feminino aconteceram de modo distinto e não simultâneo para mulheres e homens. Nas sociedades machistas os homens têm acesso a certos “*privilégios*” devido à estruturação desigual das relações de gênero, o que dificulta a sua implicação na mudança das relações de opressão-submissão que têm como base a inferiorização das diferenças sexuais.

Considerando que as diversas etnias estão organizadas de formas diferentes no tempo, no espaço e nas relações de poder, podemos afirmar que estas vão percorrer de maneiras singulares os caminhos da emancipação da mulher.

Estabelecendo entre si relações dialéticas distintas e complementares (visto que a inexistência de direitos ou a violação dos direitos de alguns/mas é o que garante os privilégios de outros/as), mulheres negras, mulheres brancas, homens negros e homens brancos vão participar da construção sócio-histórica e cultural do gênero de maneiras específicas e diferenciadas marcadas também por geração, orientação sexual, identidade de gênero, compleição física (ser gordo, magro, alto, baixo, etc... tem relação com estética e com valores socialmente valorizados, marginalizados e/ou invisibilizados).

O empobrecimento material e simbólico é gerador e mantenedor de contextos sócio-históricos de possibilidades desiguais e restritas pautadas na inferiorização das diferenças. Estas por sua vez atuam de formas diferentes sobre os corpos e as mentes de mulheres negras, mulheres brancas, homens negros e homens brancos, lançando mão de estratégias de padronização das referências, invisibilidade social, desumanização, mutilação, tortura e morte para garantir o não acesso aos direitos de muitos e o super acesso aos privilégios de poucos.

DA COLÔNIA

AOS NOSSOS DIAS

Em sua chegada ao Brasil, os homens negros estavam impactados pela violência do seqüestro étnico colonial e tinham em seu corpo o único recurso. Este é instrumento de trabalho, sobrevivência e resistência, espaço de identidade pessoal, memória e preservação cultural.

Assim como os homens negros, as mulheres negras tiveram o corpo como único recurso e instrumento de sobrevivência e resistência, como principal território de pertencimento. Mas diferente do corpo masculino branco, que deveria usufruir de todos os poderes, direitos,

benefícios e privilégios e do corpo masculino negro que era um dos *meios* (instrumentos) através do qual a colonização se dava, o corpo feminino negro era não só meio, mas também *fim* (*objeto e/ou objetivo, ainda que não prioritário*) deste processo de colonização.

As mulheres negras ao desembarcar das galeras eram separadas conforme os padrões estéticos estabelecidos pelos brancos de modo que as consideradas “*belas*” eram destinadas aos trabalhos domésticos e sexuais (via abuso) nas casas grandes e as consideradas “*feias*” eram encaminhadas para os trabalhos braçais nas lavouras onde as condições de vida eram ainda mais precárias e a expectativa de vida menor. Sobretudo após a proibição do tráfico de pessoas as “*boas parideiras*” eram usadas para a procriação, tendo suas filhas e filhos arrancados de si ao nascer para ceder seu leite e seus cuidados aos filhos dos brancos.

Transformado em objeto de menor valor simbólico e social, e de múltiplos usos a mulher negra teve seu corpo invadido e expropriado de forma diferente do homem negro e da mulher branca.

Historicamente o corpo negro é espaço de articulação de identidades, encontro de culturas, experimentação de direitos, participação política. O corpo negro é espaço e lugar de poder.

Neste momento da história consolidam-se *representações sócias* sobre o corpo e a identidade negra que consolidaram estereótipos transmitidos através das gerações até os dias de hoje, entre eles o da “mulata boa de cama”, “essa é pra casar” e da “mãe preta”.

É neste cenário de múltiplas *violações* e *violências* que as mulheres negras constroem alianças entre gerações para garantir a sobrevivência material e simbólica de seu povo. A raça, a negritude para as mulheres negras se constitui como referencia de humanidade, organização e resistência a partir da qual o seu ser mulher vai se estruturar e se fazer viável.

Potencializando sua mobilidade no espaço, através das atividades religiosas, do trabalho no comércio, da preparação e venda de quitandas, do trabalho nas “casas de família” e da prestação de outros serviços, as mulheres negras passaram a ter acesso ao espaço público. Construíram autonomia sobre o próprio corpo, controle sobre sua própria vida e gerência sobre o destino da história de sua *rede social*, em um processo histórico diferente do das mulheres brancas.

Tomando consciência intelectual e corporal das relações de poder, das quais participavam de forma subalterna, as mulheres negras cooperaram entre si e desafiaram a ordem estabelecida gerando o seu empoderamento e iniciando o processo de empoderamento de seu povo ainda hoje em processo de expansão e consolidação. Exemplos disso são as famílias matriarcais, as irmandades e terreiros onde de forma protagonista e inovadora as principais agentes, articuladoras e referências são as mulheres negras.

A partir da postura e da ação das mulheres negras, o povo negro no Brasil consegue realizar a resignificação de suas identidades pessoais e coletivas, organizando as lutas sociais a partir da ancestralidade e da construção de novas referências.

A resistência e luta da mulher negra é uma construção histórica, política, cultural e econômica que transita nos universos da individualidade e da coletividade, da subjetividade e da materialidade para possibilitar a construção de novas realidades.

A MULHER NEGRA QUE MORA NO FINAL DO TEMPO / NO FIM DA HISTÓRIA (*expressão construída a partir de referencia de Éstes, p 22*)

Há complexidades subjetivas e contextos sociais ou como afirma (Éstes, p 24) “fatores íntimos e culturais” que atuam numa relação dialética e de complementariedade, gerando, delimitando ou potencializando pensamentos, sentimentos e ações das mulheres negras.

As cicatrizes e marcas deixadas na mulher negra, em seu processo de construção de identidade racial e de gênero numa sociedade capitalista neoliberal, machista e racista organizam e desorganizam sua estrutura e geram sintomas internos e externos tais como:

“(...) sensações de extraordinária aridez, fadiga, fragilidade, depressão, confusão, de estar amordaçada, calada à força, desestimulada, deficiente [mutilada] ou fraca, sem inspiração, sem ânimo, sem expressão, sem significado [vazia de sentidos, sem perspectivas], envergonhada, com uma fúria crônica, instável, amarrada, sem criatividade, reprimida, transtornada.”

No cotidiano comum para muitas mulheres negras sentir-se

*“impotente, [com baixa ou baixíssima auto-estima, sem valor, sem importância, sem relevância], insegura, hesitante, bloqueada, incapaz de realizações, [indigna e não merecedora do que é bom], entregando a própria criatividade [recursos, oportunidades, valores e méritos] para os outros, **escolhendo** parceiros[as], empregos ou amizades que lhe esgotam a energia, [se isolando de diversas formas], sofrendo por viver em desacordo com os próprios ciclos, super-protetora de si mesma, [ou o inverso não cuidando de si, se expondo a riscos e a situações vexatórias e humilhantes], inerte, [ou super-ativa], inconstante, vacilante, incapaz de regular a própria marcha [sem autonomia, dependente afetiva ou economicamente] ou de fixar limites. Não conseguir insistir [e investir] no próprio andamento, [não confia em si em suas capacidades e potencialidades] preocupando-se em demasia com a opinião alheia, afastar-se do seu Deus ou dos seus deuses, isola-se [e boicota] sua própria vitalidade, **deixa-se** envolver exageradamente na domesticidade [na subalternidade], no intelectualismo, no trabalho, ou na inércia, [se desliga do próprio corpo, como fonte de experimentar o prazer e a sexualidade], porque este é o lugar mais seguro para quem [está expropriada ou desapropriada de si ou] perdeu [ou nunca reconheceu] os próprios instintos [e potencialidades].”*

([] acréscimos meus)

Muitas mulheres negras, mesmo quando empoderadas em alguma dimensão ou perspectiva, nestas condições de expropriação subjetiva (entendendo que esta é uma construção histórica e coletiva) e social e ou vulnerabilidade social e estas se agravam mutuamente, fazendo com que em diferentes situações, nos vários campos da vida a mulher negra assuma diferentes posições, em sua caminhada rumo a si mesma.

A partir das reflexões apresentadas por GISENE APARECIDA DOS SANTOS, no seu livro *Mulher Negra Homem Branco*, entendemos que as mulheres negras podem passar por diversos lugares neste processo, assumindo diferentes posicionamentos.

Há momentos em que as mulheres negras agem como “**Gatas Borracheiras**” resignadas na dor, com uma suposta humildade fundada na certeza de que se é superior ou agem como “**Cinderelas**” nutrindo a esperança e esperando a salvação que vem do outro e pelo outro supervalorizado que a reconheça, legitime, cuide e proteja. Existem as “**irmãs invejosas**” que no cotidiano “rivalizam e disputam entre si chegando a se mutilar para tentar alcançar a aceitação do outro” – o que não acontece. Às vezes este outro salvador quando chega as desvaloriza e inferioriza cada vez mais. “**Supermães e madrastas**” que não conseguem manter o equilíbrio entre o cuidar e o libertar, e desta forma, hora alimentam e protegem exageradamente, hora abandonam. Além disso sua baixa auto-estima faz com que projetem nos outros todas as suas energias e perspectivas, possibilidades e fracassos, culpam ou transferem seus melhores recursos, energias e responsabilidades pra o outro. Podem passar

também por *“Patinhas Feias”*. Estas “avançam em seu auto-conhecimento e crescimento interior, mas não se aceitam plenamente e buscam a aceitação e legitimação do outro e do grupo”. Encontra um grupo de referência com o qual estabelece uma identificação positiva. Além destas existem as *“Medusas”* que, como espelhos, refletem imagens indesejadas e verdades que incomodam, com suas “mascaras e olhares, que chocam e paralisam ao revelar o pior de si e o pior do outro” e paralisam a quem não suporta seu olhar. Mobilizam muitas energias, afetos e recursos o que demonstra o grande poder que detêm, mas por não saber AINDA como utilizá-los a seu favor, por vezes se prejudica, se machuca ou se isola até ficar ou se sentir sozinha mesmo estando no meio da multidão ou das diversas redes. Esquece ou ignora que mesmo sento abandonada pelo mundo, tem a si mesma. E tem que se responsabilizar sozinha por si mesma e pelo uso que faz ou deixa de fazer de seus próprios poderes.

Por fim, cada mulher negra pode *“fazer-se Deusa Negra”*, alcançando o equilíbrio a medida que “se conhece e reconhece, sendo referencia de si própria e dirigindo seu próprio destino, impondo limites às mutilações, exigências e entrega ao mundo externo”. Aqui a mulher negra se encontra com suas próprias raízes e passa a ter/ser referencia, sente auto-estima e segurança suficientes para ser se re-apropriar de si mesma de forma plena.

Do grito ao canto, do canto ao grito, falamos por silêncios e sinais que já não podem mais ser invisibilizados e nos grupos aos quais nos identificamos positivamente em nossa rede de relações sociais criamos e reinventamos instrumentos para nossa reconstrução subjetiva e social. *Nós mulheres negras mudamos. E mudando, mudamos inclusive a mudança para ao final e no processo sermos nós mesmas.*

SER NEGRA JOVEM FEMINISTA NA PÓS-MODERNIDADE

A reinvenção da juventude através de praticas políticas diferenciadas protagonizadas pelos próprios jovens e embasada no reconhecimento identitário de grupos específicos e diversos é resultado de um processo histórico, expressa acúmulos vivenciais e gera avanços conceituais característico da atualidade. A conquista desta construção bebe nas fontes da ancestralidade africana e do feminismo à medida que inclui a singularidade, valoriza a pluralidade, desconstrói padrões e questiona ideologias androcêntricas e adultocêntricas.

Tudo é fluido, tudo é individual e tudo é descartável, inclusive as pessoas e suas histórias. Os padrões não mudaram de referência só ampliaram um pouco suas fronteiras para acolher algumas poucas “diferenças” supostamente aceitáveis... e que geram lucros. Exemplo disso é o crescente mercado de produtos para negros, que em grande parte, não tem nenhuma relação com o reconhecimento da singularidade ou da especificidade deste grupo étnico, não gera empregos nem renda de modo intencional e qualificado para esta população.

A partir do legado de nossas ancestrais, nós que hoje somos negras jovens feministas, ao amanhecemos na vida encontramos o mundo pós-moderno que no mar de suas inovações tecnológicas propõe poucas *“inovações sócias”* impondo um ritmo cada vez mais rápido para vida e uma durabilidade cada vez mais descartável para as relações e valores (não econômicos).

Neste contexto de instabilidade e mudanças estruturais e institucionais jamais vistas na história da humanidade, espaço e tempo ganham novas dimensões, o padrão passa a ser “o multi” (multiuso, multitarefa, multicultural ...). Os apelos da individualidade ganham espaço deixando para traz a coletividade, enquanto *“cada um por si, faz a si mesmo”*³ o neoliberalismo avança carregando consigo velhas ideologias e novas estratégias de cooptação, alienação e desmobilização.

A noção de comunidade ganhou novas cores, fluidez e dimensões de virtualidade. As relações de trabalho se flexibilizaram sem, contudo, alterar a relação de subalternidade das mulheres negras no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE 23 % das mulheres negras economicamente ativas trabalham como domésticas, contra 6,1 % das brancas.

Não podemos parar a história, nem tão pouco negá-la, por isso olhar o passado fortalece nossas identidades para conquistar direitos e reconfigurar nossa autonomia para viver o presente e construir novas perspectivas de futuro a partir de relações diferenciadas de coletividade e de subjetividade.

Por ser dinâmico e estar sempre em desenvolvimento, construindo novas possibilidades de ser e estar no mundo, o povo negro nunca coube e nem caberá em nenhum molde ou padrão. Nossa resistência é coletiva, construída sim no encontro entre a individualidade e a coletividade que se constitui enquanto rede de proteção afetiva e social. Um partido político de ESQUERDA com ideais consistentes e práticas coerentes pode e deve ser um dos muitos lugares destes encontros.

Dentro e fora do partido, cada sujeito negro é convocado a se expressar na luta do cotidiano com alteridade e autenticidade formando vínculos que estão muito além do “estar conectado/a” e isso significa, entre outras coisas, desafiar a velocidade, a virtualidade, o espaço e o tempo pra assim promover contatos.

Acreditamos em “um mundo negro é possível” e temos a responsabilidade de seguir adiante com a lança que nos foi confiada pelas que nos antecederam e lançá-la para outras no momento certo. Para isso precisamos sentir nossas experiências sem pressa e sem as “engenhocas tecnológicas” que conectam ao mundo e desconectam os sujeitos deles mesmos.

O feminismo mudou a história das mulheres e as mulheres negras jovens estão mudando a história do feminismo tornando-o algo constante em seu cotidiano, erguendo novas referências, novas posturas e novas formas de relação e de exercício do poder, de auto sustentabilidade econômica e afetiva. O Partido dos Trabalhadores como lugar de encontros dialéticos da diversidade construiu e foi construído neste processo.

TERRA PRETA

Tenho um coração negro e fértil como a terra que pulsa vida no compasso de cada instante.

Tenho um coração negro e forte com a pele que recobre o corpo e a alma de mim e de cada uma destas tantas gentes pretas que pelo mundo reconstroem a negritude.

Tenho um coração negro e poeta como quem desenha o céu, modela as montanhas, enche de vida os mares e movimenta suave e violento o vento.

Tenho um coração negro e negro como sou quem sou eu enegrecendo o mundo.

Sou um negro coração que pulsa vida, germina sonhos e gesta novas realidades. 19/08/08

NEGRAS RAÍZES

Nossa ancestralidade é antiga, porém se apresenta como nova à medida que a desconhecemos e precisamos conhecê-la para reconhecer a nós mesmas. Criando espaços e tempos de sentimento e pensamento dentro de nós para nós mesmas e estes mergulham em nosso ser com as raízes negras de nossa cultura.

Ao contrário do que muitos pensam as raízes negras não são algo morto e estático, são forças vivas, referências em movimento, em constante crescimento e transformação, ampliação e expansão. E são estas raízes que permanecem vivas porque se transformam, senão o tempo inteiro, sempre que é preciso, elas é que nos alimentam e são suporte e sustentação a nossa vida.

“UMBUNTO” “*Eu sou porque você é*”, “*Você existe porque eu existo*”, “*Sou o que sou pelo que nós somos*”, “*Humanidade para todas e todos*”. Esta expressão de origem africana diz da complementariedade, da cooperação, do pertencimento e da solidariedade que nos permitem perceber e relacionar com a diversidade com equilíbrio e sintonia. Identificando e possibilitando a expressão das especificidades dos sujeitos em seus contextos e coletivos.

Como quem pisa em um solo sagrado, adentramos nesta negra terra fértil fazendo o que Êstes 1994 chamou de “*profundas escavações psíquico-arqueológicas*”. Neste processo somos capazes de fazer renascer nossa vida criativa, reacende nossa fogueira mística interior e reconhecer nosso desejo de viver e de sonhar.

Vamos percorrer floresta adentro para conhecer e encontrar as nuances de nossa própria identidade e intimidade, desvendando nossa própria natureza psicológica, experienciando esta natureza com todos e com cada um dos nossos sentidos. Ouvir, ver, saborear sentir o toque... fazer novas imagens e resgatar lembranças ancestrais de quem somos nós.

Criando arte e poesia à medida que ousamos nos aproximar cada vez mais do núcleo instintivo de nossa psique do nosso id. Vamos tentar trazer o máximo que pudermos do subsolo para a superfície do inconsciente para o consciente. **Aprendendo a lidar com a falta e assim estar/ ser plenas de algo novo.**

Indo em busca de sua natureza mais profunda a mulher negra encontrará recursos para enfrentar a “norma” da modernidade que a obriga a ser tudo para todos, o tempo inteiro, e nada para si mesma. Nutrindo sua alma com conhecimento de sua própria estrutura e psique desenvolverá instrumentos materiais e simbólicos para romper com os disfarces e retirar as máscaras que a escondem do mundo e de si mesma.

Estamos mergulhando no rio que corre por baixo do rio de nós mesmas. Mergulhando em si a mulher negra volta a ser capaz de ouvir, cantar e dançar a “melodia de seus próprios ritmos interiores” (Êstes, p22).

Encontrar sentido e segurança em si mesma é um desafio. Com a assertividade e o equilíbrio desenvolvido ao longo deste processo é possível sair do lugar de subordinação e inferiorização, “boicotes a si” e repetições recorrentes podem ser elaborados e resignificados alcançando assim seu fim.

Apropriando-se de si mesma estabelece novas rupturas. Sendo capaz de desenvolver uma integridade inata e estabelecer limites saudáveis para as relações com os outros saindo do lugar de alvo de desejos externos, violências e invasões. Sendo protagonista da própria história ouvinte e guia de si mesma ergue novas bases de sustentação para sua vida interior e exterior. É autora da própria história.

Ao escavar e cultivar esta terra fértil, a mulher negra, com suas referências e representações simbólicas, aprende a SER quem é: Mulher Negra.

A PARTICIPAÇÃO PARTIDÁRIA: UM DESAFIO PARA AS MULHERES NEGRAS JOVENS

Ser mulher negra, jovem e feminista no PT é assumir o desafio de elaborar novas questões no cenário político da esquerda mundial. É construir pontes entre os movimentos sociais e os espaços do partido. É provocar não só o diálogo, mas também a mudança de postura. É assumir a frente de espaços de poder, buscando autosustentabilidade material e simbólica para as ações políticas que propomos. É incidir nas políticas públicas entendendo que a participação é uma escolha que nos introduz no desafio de convocar vontades para ação coletiva de construção de um projeto político também coletivo, emancipatório e empoderador.

Ser mulher negra, jovem e feminista no PT é ter coragem de inaugurar e/ou dar continuidade ao diálogo com as dificuldades internas. Ciente de que todos os grupos enfrentam dificuldades e trazem em si a capacidade para superá-las.

Enquanto processo de luta precisamos ter momentos nossos, de negras jovens com negras jovens, depois com negras de outras gerações, em outros momentos com as brancas, com os homens negros e brancos. Estes momentos de intimidade são para a formação e o fortalecimento das identidades e bandeiras, os momentos de diálogo com os diferentes são para ampliação dos horizontes das lutas sociais a partir do reconhecimento e da partilha dos saberes e demandas elaborados a partir de cada especificidade e no encontro destas todas.

O machismo assim como o racismo são construções sociais que podem ser interiorizadas e reproduzidas de diversas formas nos diversos contextos. Assim como qualquer um de nós pode reproduzir o machismo, o racismo ou outras formas de opressão-submissão, podemos também aprender a identificar suas manifestações internas e externas e assumir o compromisso de desconstruir estas opressões em nosso cotidiano. Tanto no discurso quanto na prática.

Construir novas relações de poder no espaço público e no espaço privado entendendo que tanto opressor quanto oprimido estão presos, mesmo que de modo diferente, a uma mesma corrente. E não queremos mais correntes, para ninguém em nenhuma circunstância, contexto ou condição.

Cada sujeito político que de fato quer mudança e trabalha para que esta aconteça, deve sentir e viver a luta das mulheres negras jovens, não como “a luta delas”, deve sim assumir esta luta como sendo sua também, dentro e fora do partido.

Exigimos nossos direitos, aceitamos as gentilezas e dispensamos qualquer forma de tutela. Nossa proposta de mudança está feita. O sistema reproduz condições desiguais entre homens e mulheres, entre negros e brancos, mas cada um de nós pode agir contra isso.

Queremos, podemos e precisamos sair da invisibilidade e ocupar os espaços de poder a partir de perspectivas outras que colaborem para a desconstrução de toda e qualquer forma de opressão.

No leito da história, o rio do feminismo negro encontrou o rio do feminismo branco. O feminismo negro trouxe suas ações e referências para o feminismo branco que em seu processo se legitimou através da elaboração de expressões de racionalidade. A tensão constante da pós-modernidade nos obriga a um constante movimento. Só a mudança é permanente, então, agora diante do que nos iguala e também do que nos difere, buscamos estabelecer uma harmonia organizando os sons das diferentes notas de nossas identidades, contextos, especificidades e demandas numa melodia que possa ser cantada por todas e todos e cujo refrão ecoe dentro e fora do partido com a garantia de acesso a direitos iguais aos sujeitos sociais historicamente diferentes.

NOTAS

1. Esta expressão tem como referência dois dos quatro pilares da educação contemporânea (UNESCO) que em síntese dizem respeito à: **1. Aprender a APRENDER:** Aprender a conhecer, aprender a ser protagonista na construção dos conhecimentos e saberes. **2. Aprender a FAZER:** Prática + Comunicação **3. Aprender a CONVIVER:** relacionar com a diversidade, ser ética e autêntica. **4. Aprender a SER:** Autonomia, empoderamento.

2. **Privilégios:** Em todo sistema ou rede de opressão quem oprime tem acesso a direitos a medida que nega ou viola do direito de outras/os. Mas, para sustentar esta condição de opressor, quem oprime também é violado, mesmo que de outro modo, ou de forma não tão visível e não tão facilmente identificável. Ex: O machismo obriga o homem a ser forte e por outro lado o impede de viver, desenvolver e expressar plenamente sua sensibilidade.

3. A expressão busca juntar as idéias e ideologias expressas por ditos cada vez mais populares como “cada um por si e Deus por todos”, “Salve-se quem puder”, “Cada um no seu quadrado”, “cada macaco no seu galho”, “cada um com seus problemas”, entre outras.

REFERÊNCIAS

- SCOTT, Joan : GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A ANÁLISE HISTÓRICA - Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila – Site: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html
- Livro: Políticas públicas e igualdade de gênero – Organizado por Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silva – Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo, 2004.
- IBGE 2000
- SANTOS, G. A. . Mulher negra. Homem branco. Um breve estudo do feminino negro. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- CASTRO, M. (1992) Alquimia de Categorias Sociais na Produção dos Sujeitos Políticos – Gênero, Raça e Geração entre Líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. ESTUDOS FEMINISTAS, Rio de Janeiro (UFRJ/CIEC), v. 0, p. 57-73.
- MATSUNAGA, P. (2006) Mulheres no hip hop: identidades e representações.
- MOUFFE, C. (1996). O Regresso do político. Lisboa: Gradiva.
- NOVAES, R. & VANNUCHI, P. (2004) Juventude e Sociedade - Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- PRADO, M. A. (2001) Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. Revista Psicologia Política, V.1, nº 1, p.173-195. São Paulo: SBPP.
- PRADO, M. A. (2002) Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71.
- SANTOS, B. S. (2002) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63.
- SANTOS, B. S. (2006). A construção cultural da igualdade e da diferença (pp. 279-316). Em: A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Vol.4. São Paulo: Cortez Editora.

RAÇA, CLASSE E CIDADANIA NO PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA ANÁLISE DOS ANOS 1980 E 1990

Claudete Gomes Soares*

*Mestre em Sociologia
pela Universidade
Estadual de
Campinas (Unicamp),
é doutoranda
do programa de
Doutorado de
Sociologia da Unicamp
e professora do
Centro Universitário
Uni'Santanna.

Esta apresentação faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento intitulada “O PT e a questão racial: raça, classe e cidadania no Partido dos Trabalhadores”, que tem como objetivo problematizar a interface entre raça, classe e cidadania no PT. O objetivo principal da pesquisa é investigar a presença e evolução da temática racial no partido e a atuação da militância negra petista organizada nas instâncias setoriais dedicadas à questão. De que forma essa militância tem utilizado o espaço do partido em defesa dos interesses da população negra? Quais os limites e avanços do partido no tratamento do tema? Qual avaliação os militantes negros fazem da atuação do partido no combate às desigualdades raciais? Essas são algumas das questões que norteiam a pesquisa.

Tendo em vista esse objetivo, proponho aqui uma comparação do tratamento dado ao tema pelo PT nos anos 1980 e 1990, por meio da análise dos principais documentos oficiais do partido: resoluções de encontros e congressos, programas de governo das eleições presidenciais e de alguns documentos produzidos pela militância negra petista organizada nos setoriais de combate ao racismo do partido e a veiculação do tema nos órgãos de imprensa partidários. A estratégia de análise é verificar de que forma a questão racial se articula aos projetos políticos do partido nesses dois momentos. Esses projetos serão definidos, no recorte aqui apresentado, pela centralidade (década de 1980) e distanciamento (década de 1990) da categoria classe social como princípio orientador da atuação política do partido e pela centralidade ou não de um projeto de transformação para a sociedade brasileira.

Como forma de delimitar a particularidade da questão racial, na análise dos anos 1980, recorri a uma comparação ilustrativa entre o tratamento dispensado pelo partido à questão de gênero e à questão racial, por entender que ambas as questões são particularizadas por uma dimensão cultural. A condição do negro na sociedade brasileira se explica pela hegemonia de uma norma cultural que valoriza positivamente o branco e desvaloriza o negro. No entanto, ser negro e/ou mulher implica também um acesso diferenciado aos bens materiais, o que se torna evidente na divisão sexual do trabalho e em uma divisão racializada do trabalho, que aprisiona os negros em atividades subalternas e informais, com baixos salários e nenhum status social. À questão racial acrescenta-se o fato de que a politização e a visibilidade das desigualdades referenciadas à raça desenvolvem-se em um quadro histórico e político mais complexo, uma vez que impõe como primeiro passo o reconhecimento da categoria raça como uma variável que opera nas relações sociais.

RAÇA NO PROJETO POLÍTICO PETISTA DA DÉCADA DE 1980

Lendo os documentos do partido na década de 1980 e recorrendo às análises sobre o seu surgimento, temos que existem dois projetos políticos latentes na origem do PT:

um informado pelo socialismo que se manifesta na ênfase à maioria da classe trabalhadora, e outro informado pela cidadania entendida como acesso e partilha de poder por diversos grupos da sociedade (Keck, 1991).

Apesar da existência desses dois projetos, a década de 1980 se caracterizou pela hegemonia do projeto político informado pela perspectiva de transformação da sociedade que interpelava, sobretudo, a classe trabalhadora. Orientado por esse projeto político, o partido priorizou em seu discurso e em sua ação a interlocução com as forças políticas claramente identificadas com o mesmo campo ideológico, a saber, as que viam a conjuntura política como um campo de antagonismo entre o capitalismo e o socialismo, o capital e o trabalho. É assim que o movimento sindical e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra aparecem como interlocutores e aliados privilegiados, e a questão racial é quase invisível nas formulações partidárias daquele período.

É aí que entra a relevância da comparação com a questão de gênero. Mesmo que a questão da mulher seja secundarizada no interior do projeto do partido, ela tem, já nos primeiros documentos, uma visibilidade que não é dada à questão racial. Em razão da semelhança de status da questão de gênero e de raça (dimensão econômica e cultural) passo, então, a utilizar a questão de gênero como um elemento comparativo e ilustrativo para balizar a publicização da questão racial pelo partido. A aproximação ou o distanciamento de um ou de outro tema se faz tendo em vista a possibilidade de associação com o referencial classista do partido. A questão de gênero e a questão racial, mesmo quando abordadas em um mesmo tópico, são relacionadas de forma diferenciada ao projeto político partidário. A dominação de gênero é mais facilmente associada à luta de classes. No interior de uma perspectiva socialista que tinha como horizonte a transformação da sociedade, o partido tendeu a tratar as demandas do movimento negro como problemas menores e que diziam respeito ao próprio movimento. Isso não quer dizer que o partido não reconhecesse a existência de um problema racial na sociedade brasileira. Os principais documentos do PT (Diretório Nacional do PT, 1998), ao longo da sua história, sempre fizeram menção a esse tema e às lutas dos movimentos sociais de uma forma geral. No entanto, o que se pode observar, por meio da análise dos documentos da década de 1980, é que ele não tinha um discurso e um debate elaborado sobre a questão racial que possibilitassem a articulação entre raça e classe. Limitava-se, portanto, a expressões *de apoio e solidariedade*, seguidas da ênfase na *autonomia* desse movimento.

Na abordagem do partido, as lutas sociais se organizam segundo dois princípios ou dois conceitos: o de exploração e o de opressão, sendo que a categoria exploração é reservada às questões inerentes à classe trabalhadora e a categoria opressão às formas de dominação que o partido localiza fora dessa órbita, entre elas a questão racial.

A questão das mulheres ganhou espaço dentro do partido, mediada pela intervenção das feministas que, já no final da década de 1970, orientavam-se por uma aproximação crítica com as forças de esquerda, ao questionar a concepção ortodoxa de classe trabalhadora, que tende a tratar os indivíduos “como trabalhadores e nada mais”, ao enfatizar a exploração e a desigualdade e negligenciar que a “divisão social do trabalho não envolve apenas a desigualdade e a exploração econômicas, mas constitui um sistema de dominação, o da sociedade burguesa e suas instituições jurídicas, políticas e culturais” (Chauí, 1986, p. 81).

No caso do movimento negro, como bem ressalta Santos (2005), ele se inscreve nesse contexto, mediado por um projeto político que não priorizou a atuação nas instâncias partidárias. A não atuação nas organizações de esquerda foi definidora do projeto político vencedor na consolidação do movimento negro no Brasil, que teve no MNU

(Movimento Negro Unificado) a sua principal expressão. Santos mostra que houve participação da esquerda na construção do projeto de uma organização política de caráter nacional voltada ao combate a todas as formas de discriminação, que teria dado origem ao MNU. No entanto, o movimento negro que surgiu desse processo foi um movimento empenhado em ressaltar sua autonomia frente às organizações de esquerda.

Ao contrário do movimento feminista, o movimento negro adotou uma postura de desconfiança em relação aos partidos políticos. O desinteresse da direita pela questão e a falta de habilidade da esquerda em tratar outras problemáticas fora da sua experiência imediata fez com que parte dos militantes do movimento negro depositassem nas organizações de esquerda a mesma desconfiança que tinham em relação à direita, alegando que nenhum dos dois campos tratava adequadamente a questão do negro na sociedade brasileira. É preciso repetir que essa ênfase na autonomia é inerente ao contexto político de oposição da sociedade civil ao Estado, quando do surgimento dos novos movimentos sociais, na conjuntura política do processo de redemocratização. Os movimentos sociais se apresentam, nesse contexto, como dotados de uma prática política alternativa na elaboração de suas identidades, em oposição à política institucionalizada. Um dos pontos presente na Carta de Princípios do MNU (Movimento Negro Unificado) afirma que: “Nossa luta por libertação deve ser somente dirigida por nós” (Gonzales & Hasenbalg, 1982, p.66). A necessidade em delimitar a luta contra a concepção hegemônica das relações raciais como um projeto do negro é o central também no projeto quilombista de Abdias Nascimento: “Cuidar em organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo da nossa sobrevivência como um povo. Devemos por isso ter muito cuidado ao fazer alianças com outras forças políticas, sejam as ditas revolucionárias, reformistas, radicais, progressistas ou liberais” (1980, p.269).

As demandas que o movimento negro apresentava a outras organizações da sociedade civil eram, sobretudo, guiadas pela bandeira do reconhecimento: reconhecimento da existência do racismo na sociedade brasileira, reconhecimento e valorização da cultura negra, reconhecimento das diferenças e desigualdades referidas à raça. O reconhecimento dessas demandas pela sociedade estava diretamente ligado à capacidade do movimento negro de desconstrução do mito da democracia racial, sua principal tarefa.

Diante da dificuldade de educar as organizações da sociedade civil, guiadas pela compreensão hegemônica das relações raciais, os militantes negros tendiam a valorizar os espaços de organização própria, nos quais eles não estavam desafiados a ultrapassarem a pesada barreira da hegemonia racial e nos quais eles ocupariam as funções de direção.

Apesar da opção do movimento negro por um distanciamento institucional em relação às demais organizações da sociedade civil, e da ruptura com a organização de esquerda, que esteve na origem de seu projeto, grande parte da militância negra da década de 1970, que era uma militância de esquerda, entrou para o PT. Essa militância se organiza inicialmente nas Comissões de Negros, que existiram desde a fundação do partido. No entanto, essas comissões – segundo o depoimento de um militante negro petista, que tem estado à frente da estruturação e organização de espaços de combate ao racismo no interior do partido – eram organizações praticamente particulares aos negros, pois não tinham vínculos com as outras instâncias partidárias.¹ A estruturação de espaços mais institucionalizados dedicados à militância negra se deu com a criação da Secretaria de Movimentos Populares, em 1986, no interior da qual o 2º Encontro Nacional “O PT e a Questão Racial”, realizado em Vitória (ES), nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1988, aprovou a criação da Sub-Secretaria Nacional de Negros do PT.

SIGNIFICADOS
DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Não é por acaso que a criação dessa sub-secretaria ocorreu em 1988. O ano de 1988, em razão do centenário da Abolição, foi um marco para a ampliação do debate racial em toda a sociedade e como consequência abriu espaços para a militância negra petista desenvolver uma reflexão crítica sobre o papel que o partido vinha desempenhando na politização do tema. Significou a abertura do diálogo do movimento negro com outros setores da sociedade.

O que estava em questão nos eventos dedicados ao centenário era a capacidade do movimento negro inverter a versão romantizada da abolição e produzir um novo senso comum sobre as relações raciais na sociedade brasileira, em direção contrária à idéia de democracia racial predominante nos festejos do dia da Abolição até então. A discussão sobre o centenário perpassou praticamente todos os espaços da sociedade: Estado, Igreja, a imprensa, universidades.

Os militantes negros organizados no interior do partido aproveitaram a ocasião para usar os espaços de debates do PT para veicularem seus posicionamentos sobre a forma como a questão racial era tratada no Brasil, mas também para fazer a crítica ao comportamento do partido. Eles conseguiram que o tema do centenário fosse incorporado às resoluções do 5º Encontro Nacional do partido, realizado em 1987. A resolução sobre o centenário, respaldada em dados estatísticos, apresentava o quadro das desigualdades raciais no Brasil, enfatizando como a condição da classe trabalhadora brasileira altera-se em razão do pertencimento racial. Dados sobre os postos de trabalho, os salários, a qualificação e o tratamento jurídico e policial evidenciavam que a raça provocava uma clivagem na forma como a classe trabalhadora vivia os processos de dominação, subordinação e exploração em sua relação com o capital. A população negra é apresentada como o setor mais explorado da sociedade brasileira.

Diante desse quadro, o documento se posiciona contra o tom festivo que o governo brasileiro queria dar ao centenário da Abolição e conclama o PT a transformar o centenário da Abolição num momento de avaliação das reais condições do trabalho no Brasil, articulando “por meio de seus militantes, a mobilização do movimento negro com a mobilização dos trabalhadores em geral.”

De acordo com depoimento de Flávio Jorge Rodrigues da Silva, esse foi “um grande momento de estruturação da questão racial, onde pela primeira vez um diretório nacional do PT aprova uma resolução destinada a uma intervenção na questão racial, não só nossa [negros], mas de todo o partido, que é quando o PT, impulsionado por nós, tem uma postura de questionar o centenário da Abolição.”

O documento de 1987 é inédito, como ressalta Flávio Jorge, por ser a primeira vez que o partido assume uma postura diante da problemática racial, mas também, e eu diria, principalmente, pelo fato de que pela primeira vez as condições de vida da população negra são tratadas no interior de uma perspectiva centrada na classe. Pela primeira vez a militância negra petista produz uma intervenção no partido articulando a perspectiva de raça e classe, que é adotada como uma abordagem do partido.

A questão que fica é: por que somente em 1987, diante da iminência do centenário, a militância negra petista conseguiu articular esse discurso e introduzi-lo como um discurso do partido?

Os espaços de debates ocupados pelos militantes e pelos intelectuais comprometidos com o tema da questão racial e ligados ao PT se fizeram, na conjuntura do centenário, no sentido de problematizar e responder essa questão. Vamos encontrar a centralidade do debate raça e classe no artigo escrito por Hédio Silva Júnior, em maio de 1987, no jornal do

partido *Boletim Nacional*², cujo título do artigo é por si só bastante significativo: “O PT e a questão racial: uma conversa, que não pode ficar só entre negros”. No artigo de Florestan Fernandes publicado na revista *Teoria e Debate*, intitulado Luta de raças e de classes, que saiu em março de 1988, exemplar que traz ainda um artigo de Hamilton Cardoso sobre os dez anos do movimento negro. E, por fim, em maio de 1988, saiu um número especial do jornal do partido, *Boletim Nacional*, dedicado ao centenário, com artigos de Florestan Fernandes, uma entrevista com Olívio Dutra, feita por Hédio Silva Júnior sobre a posição do partido diante do tema e um artigo de Flávio Jorge Rodrigues da Silva, na época membro da Coordenação da Comissão de Negros do PT.

A falta de tempo nos impede de entrar no detalhe das críticas expostas por cada uma dessas abordagens, no entanto, todas elas manifestaram o descontentamento da militância negra em relação à forma como o partido tratava a temática racial no Brasil e tentavam apontar explicações para as suas limitações. Partilhavam o princípio explicativo de que essas limitações eram decorrentes de uma concepção ortodoxa de classe, que inviabilizava ao partido compreender a clivagem racial como um elemento constitutivo e diferenciador da classe trabalhadora no processo de exploração.

A afirmação de que o partido considera secundária toda a luta que não esteja inscrita no antagonismo capital-trabalho repete-se nas avaliações que os militantes negros petistas fazem do comportamento do PT em relação à temática racial. E uma vez que essa concepção era central para o projeto político petista, da década de 1980, a centralidade da luta contra o racismo na sociedade brasileira ou seria inscrita dentro desse princípio, para ganhar fôlego, ou ficaria à margem. Seja em razão do peso da ideologia da democracia racial, seja em função da debilidade de uma intervenção da militância negra petista com base na articulação raça e classe, ou ainda das estratégias do movimento negro em sua relação com outras forças políticas, o fato é que a questão racial ficou à margem do projeto político de transformação da sociedade diretor das ações políticas do PT na década de 1980.

DILUIÇÃO DO SOCIALISMO

ENQUANTO PROJETO POLÍTICO DO PARTIDO: RAÇA E CIDADANIA

Os resultados das eleições de 1989 colocaram a disputa política na sociedade brasileira sobre um novo patamar, marcam o início do recuo do projeto político petista orientado para o socialismo, referenciado à classe social e o fortalecimento do projeto orientado para a democracia, referenciado à cidadania em um contexto de luta contra o avanço neoliberal na sociedade brasileira. Se o partido teve dificuldades em assimilar as demandas do movimento negro ao seu projeto de transformação da sociedade, resta saber se essas encontrarão maior espaço no projeto do partido de ampliação da democracia e de resistência ao neoliberalismo. A década de 1990 marcará também uma alteração na organização política do movimento negro brasileiro. Ele assumirá, a partir dessa década, uma postura cada vez mais propositiva diante do Estado, forçando-o a se posicionar diante de suas demandas de ampliação de direitos para a população negra, a exemplo da Marcha realizada em 1995.

Durante a década de 1990 o partido esteve às voltas com desafios ligados à sua identidade de classe e, por consequência, ao seu projeto socialista. A vitória eleitoral de Collor em 1989 representou a vitória da ideologia neoliberal na sociedade brasileira com uma década de atraso em relação aos países de capitalismo avançado. De acordo com Boito Jr (2002), o neoliberalismo significou para a sociedade brasileira a “recomposição da hegemonia burguesa”, sendo capaz não somente de unificar no plano político a burguesia, mas ainda de obter um certo apoio por parte dos trabalhadores. Diante desse novo quadro, as forças políticas que se

identificavam com o socialismo e que se entendiam como atores da construção do socialismo na sociedade brasileira sofreram o impacto do novo momento, tendo que adotar uma política defensiva na qual o embate não era mais a construção do socialismo, mas a luta contra o avanço do neoliberalismo. Tanto o MST quanto a CUT, dois interlocutores importantes para o projeto socialista petista, sentiram o impacto da política neoliberal implantada pelo governo Collor e viram-se obrigados a recuar em suas ações e em seus discursos (Martuscelli, 2005).

A política neoliberal se desenvolveu e se fortaleceu em uma conjuntura desfavorável às forças políticas localizadas no campo da esquerda, tanto nacional como internacionalmente. A queda do muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética, em 1991, simbolizaram o fim da política internacional bipolar, fortalecendo o capitalismo e deixando as forças políticas identificadas com o pólo socialista órfãs de referenciais. O PT, que se apresentou no contexto da abertura política e se consolidou na década de 1980 como o principal partido de esquerda da sociedade brasileira, não ficou incólume às transformações no quadro político na década de 1990. Seu discurso e suas ações passaram a ser pautados pelo avanço da política neoliberal e pelo impacto das transformações engendradas nos países do leste europeu.

Nesse processo de reorganização partidária, no qual a democracia ganhou centralidade no discurso de oposição ao neoliberalismo, as citações à questão racial tornam-se mais freqüentes, no entanto, dentro de uma perspectiva que podemos chamar de “consciência culpada”, que expressa a capacidade dos militantes negros petistas, primeiro, de forçar um discurso de reconhecimento da importância da questão racial como um tema pertinente para a classe trabalhadora e que, portanto, não poderia ficar restrita aos movimentos negros e, segundo, que leva o partido a admitir em seu discurso oficial a sua debilidade no tratamento da questão.

Nas resoluções dos encontros e congressos da década de 1990 o partido retoma reiteradas vezes o discurso que valoriza a importância da temática racial e reconhece a ausência de uma política interna de combate ao racismo: “O compromisso com o movimento negro não pode resumir-se às comemorações dos 300 anos de Zumbi. O PT tem que fortalecer, em sua agenda e na sua estrutura partidária, a luta contra a discriminação e de apoio ao movimento negro” (10º Encontro Nacional, 1995 In: Diretório Nacional do PT, 1998, p.627).

Embora a presença do tema seja quantitativamente superior quando comparada com a década de 1980, a forma como ele é apresentado, na década de 1990, não indica uma mudança qualitativa na abordagem partidária. Nesses documentos, o tema aparece citado como proposições para o futuro e não como debates e avaliações de políticas concretas.

As resoluções do II Congresso Nacional do partido, realizado em 1999, após a derrota de Lula, candidato do PT às eleições presidenciais de 1998, para Fernando Henrique Cardoso, assumem o pouco avanço do partido na elaboração de uma política nacional de combate ao racismo, a partir da incorporação da avaliação presente na tese do Setorial de Combate ao Racismo: “Não é necessário fazer um extenso histórico das investidas dos negros e negras do partido para tentar consolidar o debate sobre o combate ao racismo como parte integrante do discurso do PT. Porém, é preciso afirmar que a sempre desejada parceria com os não negros até hoje não logrou o êxito esperado” (In: <http://www.pt.org.br/teses/combateaoracismo.html>, p. 5).

É importante assinalar que a concepção que respalda a intervenção da militância negra no II Congresso insiste sobre a centralidade da articulação raça e classe, calcada na compreensão de que a transformação da sociedade não se realiza sem um combate às várias formas de discriminação.

As críticas apresentadas ao PT, na conjuntura do centenário da Abolição, repetem-se na tese da militância negra, dez anos depois daquele evento, quando da realização do II

Congresso, ou seja, uma década após a militância negra ter tentado ampliar o debate sobre a questão racial no interior do partido. Talvez a mudança mais significativa, quando comparamos os dois períodos seja a estruturação de espaços voltados ao debate da questão racial, a exemplo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo mas como os próprios militantes negros avaliam: “O fato de criar uma secretaria, não significa assumir integralmente uma política nacional de combate ao racismo” (In: <http://www.pt.org.br/teses/combateaoracismo.html>, p.6). Significa, no entanto, que os militantes negros passaram a ocupar um espaço de poder na estrutura partidária e a partir desse espaço podiam elaborar proposições para o partido e sistematizar suas críticas à ausência de uma política nacional de combate ao racismo, algo que não acontecia na década de 1980. O núcleo central da crítica da militância negra petista desenvolve-se na perspectiva de apontar o conteúdo revolucionário da luta contra o racismo, não assimilado pelo PT.

A questão que fica é como o PT caminharia para a compreensão dessa problemática a partir de uma perspectiva revolucionária se o projeto político partidário que se consolidou na década de 1990 preteriu a perspectiva revolucionária, de transformação da sociedade, de construção de uma sociedade socialista a favor de um projeto centrado na reforma do capitalismo, orientado para a ampliação da democracia.

Pode-se dizer que houve um desencontro entre a concepção consolidada pela militância negra para interpelar o partido na década de 1990, mais à esquerda, e a concepção que este passou a utilizar para definir a sua atuação na sociedade. O amadurecimento da articulação entre raça e classe no discurso da militância negra já não encontrava mais ecos na forma como o partido percebia a disputa pelo poder na sociedade brasileira.

NOTAS

1. Entrevista com Flávio Jorge Rodrigues da Silva

BIBLIOGRAFIA

- BOITO Jr., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.
- CARDOSO, Hamilton. História recente: dez anos do movimento negro. *revista Teoria e Debate*, nº 2, 1988.
- CHAUÍ, Marilena. PT leve e suave. In: SADER, Emir (org.). *Eagora PT?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. *Teoria e Debate*, nº 2, p.7-9, março. 1988.
- GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar do Negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero: 1982.
- KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- MARTUSCELLI, D. E. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Dissertação de mestrado.

Campinas, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*: documento de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELMANN, Michaela (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

SANTOS, Gevanilda Gomes dos. Comentários In: Ianni *et al.* *O negro e o socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Flávio Jorge Rodrigues da. Os negros no PT: organizar e transformar. *Boletim Nacional*, nº 35, maio, 1987.

SILVA Jr., Hédio. Uma conversa que não pode ficar só entre negros. *Boletim Nacional*, nº 27, maio, 1997.

DOCUMENTOS

O combate ao racismo no PT é outra história (1999).

Disponível em [http://www.pt.org.br/teses/combate ao racismo.html](http://www.pt.org.br/teses/combate%20ao%20racismo.html). Acesso em 20 maio 2003.



Participantes do IV Seminário da Juventude Negra do PT em uma das oficinas da programação.

IV SEMINÁRIO DA JUVENTUDE NEGRA DO PT

INSTITUTO CAJAMAR / CAJAMAR – SP – DE 06 A 10 DE FEVEREIRO DE 2008

Horário	Quarta – 06 fev.	Quinta – 07 fev.	Sexta – 08 fev.	Sábado – 09 fev.	Domingo – 10 fev.
07:00 às 08:30	-	Café da manhã	Café da manhã	Café da manhã	Café da manhã
08:30 às 11:00	-	Povo Negro no Brasil e o Capitalismo – Discutindo a Raça e Classe <i>Palestrantes:</i> Walter Silvério e Maria Palmira	Feminismo Negro <i>Palestrantes:</i> Sônia Leite e Larissa Borges	O PT e a Questão Racial <i>Palestrantes:</i> Claudete Soares e Rafael Pinto	Grupos de Trabalho
11:00 às 11:15		Lanche	Lanche	Lanche	Lanche
11:15 às 12h30		Raça, Classe e Condição Juvenil <i>Palestrantes:</i> Danilo Moraes e Mônica Sacramento	Negros e Movimento LGBTQTT <i>Palestrante:</i> Márcia Cabral	I Congresso da Juventude do PT <i>Interlocutor:</i> Ramon Szermetta	Tarefas para a JN13
12:30 às 14:00	-	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
15:00 às 19:00*	Chegada e credenciamento	Identidade Racial <i>Palestrante:</i> Batista	Genocídio da Juventude Negra <i>Palestrantes:</i> Anderson e Cris Batista	Concepção de Organização para a JN13	Tarefas para a JN13
19:00 às 20:00		Jantar	Jantar	Jantar	
20:00 às 22:00		Atividades culturais	Momento Griô - Histórico de Militância <i>Convidados:</i> Miltão e Kika Bessen	Atividades culturais	Retorno para SP e cidades de origem

* Com pausa para lanche às 17h00



**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

